

REFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES  
CAMPOS BORGES/RS

PROTOCOLO	
Data:	24/05/2022 16:23:55
Processo:	228/2022
Visto	

## REQUERIMENTO

**Requerente:** MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

**CPF/CNPJ:** 33.567.094/0001-34

**Telefone:** (54)99167-4050

**E-Mail:** [consultoria.micc@gmail.com](mailto:consultoria.micc@gmail.com)

**Endereço:** RUA 03 DE OUTUBRO

**Bairro:** CENTRO

**Cidade:** IBIRUBÁ

**Representante:** SOLANGE ERTAL DE FREITAS

**CPF/CNPJ:** 015.072.970-76

**Telefone:** (54)99175-1998

**E-Mail:**

**Endereço:** RUA DUMONCEL FILHO

**Bairro:** CENTRO

**Cidade:** IBIRUBA

**Setor Destino:** GABINETE

**Assunto:** PEDIDO DE RECURSOS

**Descrição do Assunto:**

Vem por meio deste apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO na tomada de preço nº 07/2022 - Processo Licitatório nº 066/2022, conforme documentação em anexo.

N. Termos

P. Deferimento

CAMPOS BORGES/RS, 24 de maio de 2022

*Solange Ertal de Freitas*  
SOLANGE ERTAL DE FREITAS  
015.072.970-76

*Encaminhado para o Setor  
jurídico para análise e parecer  
25/05/2022*

*Andrei Scherer Pereira*  
CPF: 038.249.130-03  
Secretário Municipal de  
Administração e Planejamento

À EXCELENTÍSSIMA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS BORGES/RS.

Ref.: Tomada de Preços 007/2022 – Processo Licitatório nº 066/2022

**Recurso Administrativo**

**MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.567.094/0001-34, com sede na Rua 3 de Outubro, 1270, Bairro Centro na cidade de Ibirubá/RS, neste ato representada por sua representante legal, Sra. AMANDA KOGLER, brasileira, portadora do CPF 027.978.960-25, e Sr. VINICIUS MURUSSI, brasileiro, portador do CPF 826.890.080-68, vem respeitosamente a V.S.<sup>a</sup>, apresentar,

**RECURSO ADMINISTRATIVO NA TOMADA DE  
PREÇO Nº 007/2022 – PROCESSO LICITATÓRIO  
Nº 066/2022**

em face da habilitação das licitante **JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES** inscrita no CNPJ: 31.304.628/0001-04 e **ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA** inscrita no CNPJ: 33.024.681/0001-87, por não atender as especificações do instrumento convocatório c/c as disposições da Lei 8.666/93, nos moldes a seguir exarados:

**1. BREVE SÍNTESE FÁTICA DO CERTAME:**

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preços, capitulada sob o Nº 007/2022, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica, sob o regime de empreitada global, na construção de subestação de média tensão de 112,5 kva, rede de baixa tensão (bt) na parte interna do parque grapiá e na iluminação da



cancha de laço, localizado entre as ruas Nativides de Moraes e Ipiranga, na Cidade de Campos Borges/RS, conforme edital e seus anexos, publicada pelo Município de Campos Borges/RS, com recebimento dos envelopes de documentação e proposta ocorrido na data de 19 de maio de 2022, às 09:00 horas.

Iniciado o certame restaram ao final declaradas habilitadas conforme ordem de classificação:

1. JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA;
2. ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA;
3. MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA;
4. RCL INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EIRELI;
5. INSTALADORA ELÉTRICA LÍDER LTDA;

Ato contínuo, restou aberto prazo para apresentação de recurso administrativo para todas as empresas presentes.

Dessa feita, a recorrente vem apresentar as irregularidades cometidas pelas licitantes, ora recorridas, (JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA e ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA), as quais, *s.m.j*, habilitadas erroneamente no certame aqui exposto, de acordo com as disposições do instrumento convocatório e da Lei 8.666/93.

Assim, requer a recorrente que as razões aqui formuladas sejam devidamente autuadas e, se não acolhidas, o que se admite apenas e tão somente "*ad argumentandum*", que haja uma decisão motivada sobre o pedido formulado.

É o breve relato dos fatos.

## **2. DAS RAZÕES RECURSAIS:**

De acordo com os breves relatos proferidos alhures, procede a licitante recorrente com a apresentação das razões recursais de forma pormenorizada, salientando inicialmente que o instrumento convocatório estabeleceu regras expressas, que possuem o condão de fazer lei entre as licitantes participantes, sendo que expressamente descreveu no subitem 9.1 que: "*Os recursos contra o julgamento da habilitação ou das propostas terão efeito suspensivo e deverão ser interpostos no*

prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato pela imprensa oficial ou, se presentes os prepostos das licitantes na sessão em que forem divulgadas, da data da ata correspondente”.

Dessa feita, todas as determinações editalícias, DEVEM EXPRESSAMENTE ser observadas, motivo pelo qual passamos a expor as considerações pelas quais, s.m.j, ensejam a inabilitação das recorridas.

## **2.1. DAS IRREGULARIDADES COMETIDAS PELA LICITANTE JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES:**

### **2.1.1 DO DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA (SUBITEM 6.1):**

Da análise da habilitação da licitante **JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES** inscrita no CNPJ: 31.304.628/0001-04, há que se trazer à baila que a mesma não poderia ser habilitada, haja vista que o Subitem 6.2.1 do instrumento convocatório, estabeleceu, quanto a habilitação jurídica da empresa que:

*“6.1. c) “Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores”. grifamos.*

Da análise dos documentos apresentados pela licitante recorrida, resta possível verificar sem sombras de dúvidas o descumprimento do subitem colacionado alhures e, portanto, consequente descumprimento do procedimento formal estabelecido para este certame, haja vista que da análise do Contrato Social apresentado é possível verificar que a Administração da Empresa é exercida unicamente e de forma individual pelo Sócio **MAIQUEL RIBEIRO**, veja-se:

**CLÁUSULA SEXTA:** A Administração da sociedade será exercida pelo sócio **MAIQUEL RIBEIRO** respondendo pela empresa, com os poderes e atribuições de administrar e gerenciar os negócios sociais, autorizado o uso no nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer quotista ou terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem a autorização do outro sócio.



Neste diapasão, compreende-se que a documentação apresentada deveria conter as assinaturas do Respectivo Sócio Administrador, nos moldes estabelecidos no contrato social, o qual é o documento que determina a REPRESENTAÇÃO LEGAL da licitante e estabelece requisito FORMAL e OBRIGATÓRIO de cumprimento, o que não se depreende dos documentos apresentados pela recorrida, eis que assinados por sócio que detêm o poder de representação legal, motivo pelo qual não merece ser habilitada no certame em comento.

Por conseguinte, a não observância da representação legal adequada e a utilização de procurador para rubrica ou assinatura de documento sem PODER FORMAL para tanto, de acordo com o estabelecido no contrato social apresentado, gera o descumprimento dos demais subitens a seguir elencados, o que cabalmente demonstra a necessidade de inabilitação da ora recorrida **JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES**.

#### **2.1.1.1 DO NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 6.2.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA, DO EDITAL:**

De acordo com o narrado alhures, urge a recorrente salientar o descumprimento do Subitem 6.2.4, alínea b.1 do instrumento convocatório, veja-se:

*“b.1) Os cálculos dos índices, deverão estar rubricados e assinados pelo representante legal e pelo contador da empresa”.*

**Cumpra esclarecer que o requisito editalício ESTABELECEU REGRA FORMAL E VINCULATÓRIA quanto as assinaturas que deveriam estar presentes nos documentos apresentados pelas recorrentes, quais sejam DO REPRESENTANTE LEGAL E DO CONTADOR da empresa.**

**Não é o caso da recorrida, haja vista que o documento restou, tão somente assinado pelo contador, sem poderes para tal assinatura, conforme a seguir demonstrado.**



Empresa: JMV COMERCIO DE PLACAS SOLARES LTDA  
Inscrição: 31.304.628/0001-04  
Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

PAGINA: 01  
Emissão: 22/04/2022

**Coefficientes de Analises em 31/12/2021**

Coefficiente	Formula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Instantânea	Ativo Disponível Passivo Circulante	179.757,09 22.316,76	8,05
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante Passivo Circulante	179.757,09 22.316,76	8,05
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + A. Realizável Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo E. Longo Prazo	179.757,09 22.316,76	8,05
Grau de Endividamento	Passivo Circulante + Passivo E. Longo Prazo Ativo Total	22.316,76 374.477,73	0,05

Campos Borges/RS, 22 de Abril de 2022.

MAIQUEL RIBEIRO  
CPF nº 008.992.680-30  
DIRETOR

ADÃO ARI SCHERER  
Reg. CRC-RS Nº 36790  
CPF: 217.652.000-91

Da análise do documento colacionado alhures, resta evidente que a emissão das Demonstrações Contábeis, as quais foram emitidas em 22 de abril de 2022, **posteriormente a data de Registro do Balanço Patrimonial**, ao qual foi em 20 de Abril de 2022, restaram assinadas pela pessoa de **ADÃO ARI SCHERER, mediante procuração com finalidade específica, ou seja, unicamente, quanto a assinatura do Balanço Patrimonial**, ou seja, NÃO DETINHA PODERES para assinar documentos posteriormente a emissão do balanço patrimonial, veja-se:



Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul  
Este Livro foi protocolado sob o nº 22/133.108-5 no dia 20/04/2022. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

pág. Junta Comercial 24/24

**Tampouco, restou o documento apresentado assinado pelo representante legal da empresa, o qual OBRIGATORIAMENTE o deveria ter assinado, eis que o subitem descumprido EXIGIA EXPRESSAMENTE AMBAS ASSINATURAS, o que não é o caso do documento apresentado pela ora recorrida!**

Neste sentido, não restam dúvidas, que a exigência do instrumento convocatório (lei entre as partes) não foi cumprida, faltando assim a assinatura do Representante Legal, conforme exigido no instrumento convocatório;

**2.1.1.2 ATESTADO DE VISITA EM DESCONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. DESCUMPRIMENTO DO SUBITEM 6.2.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

De acordo com o narrado alhures, urge a recorrente salientar o descumprimento do Subitem 6.2.3, alínea "d", *in verbis*:

*"d) Devendo ser feita a visita pelo Responsável Técnico da Empresa munido de documentação de identificação como tal. O atestado será fornecido na Prefeitura Municipal pelo Prefeito Municipal, Engenheiro ou Secretário Municipal de Administração e Planejamento".*

Neste sentido, há que se esclarecer, desde já, que o Responsável Técnico da Empresa recorrida se trata da pessoa de **MAYKON SBRUZZI**, Engenheiro Eletricista, o qual, de acordo com a exigência do instrumento convocatório, deveria realizar a visita técnica, veja-se:

  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3326.3100  
www.crea-rs.org.br

**CERTIDÃO DE VISTO DE PROFISSIONAL**

Certidão n°: 1939516  
Validade: 31/03/2023

Nome do Profissional: **MAYKON SBRUZZI**

Título: ENGENHEIRO ELETRICISTA

Visto n°: AM26612 RNP: 0415838177 CPF: 025.011.450-03

Data do Visto: 23/05/2019

Atribuições Profissionais (legislação):  
RESOLUÇÃO 218/73 ART. 25  
RESOLUÇÃO 218/73 ART. 8

Curso de Graduação:  
ENGENHARIA ELÉTRICA - Colou grau em: 15/08/2016  
SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS

Curso de Pós-Graduação:  
NADA CONSTA

Responsabilidade técnica por pessoa jurídica:  
1) ENERGIZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI desde 04/06/2020  
2) CB NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA desde 14/10/2021  
3) JMV COMÉRCIO DE PLACAS SOLARES LTDA desde 20/10/2021

**CONTUDO, A VISITA TÉCNICA FOI REALIZADA POR JUNIOR BATISTTI, SÓCIO DA EMPRESA, o qual não tem atribuições legais para responder pela mesma ou fazer qualquer ação em nome dela, nos moldes do já referido no tópico 2.1.1, eis que não é o administrador da empresa, bem como POR NÃO SE TRATAR DO RESPONSÁVEL TÉCNICO da licitante recorrida, DESCUMPRINDO CLARAMENTE O REQUISITO EDITALÍCIO!**

A título ilustrativo colacionamos o atestado de visitas para demonstração cabal da tese recursal ora lançada, veja-se:






ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES**  
Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

Campos Borges/RS-  
Reforma da Unidade de Saúde

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

Atestamos que o **Sr. Junior Batistti**, CPF: 913.232.230-53, esteve visitando o local da obra onde será executada a **CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÃO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES MUNICIPAL**, localizado a Rua Nativides de Moraes esquina com a rua Ipiranga, Centro de Campos Borges, para fins de participação na LICITAÇÃO / MODALIDADE: **TOMADA DE PREÇO 007/2022**, representando a empresa **JMY COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA** e tomou conhecimento das peculiaridades que possam influenciar na execução da obra.

Campos Borges, 09 de maio de 2022.

  
Marcio Vendruscollo  
Engº Civil - CREA-RS 231.821  
Setor de Engenharia de Campos Borges/RS

Note-se que novamente não foi atendido as exigências constantes do instrumento convocatório, motivo pelo qual habilitar empresa que **NÃO OBSERVA REQUISITO EXPRESSO DE EDITAL**, afronta diretamente o artigo 41 da Lei 8.666/93, *in verbis*:

*“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.*

Ato contínuo, cumpre a recorrente salientar que as especificações e insurgências relativas aos requisitos editalícios, as quais não oferecidas dentro da janela de tempo adequada, restam **PRECLUSAS**, motivo pelo qual se salienta, desde já, que quaisquer alegações atinentes as possibilidades/necessidades de exigências

contidas no Edital que NÃO FORAM OBJETO EXPRESSO DE IMPUGNAÇÃO restam MANTIDAS e merecem cumprimento POR TODOS OS LICITANTES, por força do princípio da isonomia entre os participantes.

#### **2.1.1.3 DO DESCUMPRIMENTO DO SUBITEM 7.3.5 DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:**

Sem prejuízo do colacionado no tópico anterior, cumpre a recorrente, trazer à baila, por conseguinte, o terceiro motivo pelo qual merece inabilitação a licitante **JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES**.

Dessa feita, estabeleceu o instrumento convocatório em seu subitem 7.3.5, alínea "a", o qual colacionamos *ipsis literis*:

***"a) Planilha de orçamento discriminando, quantidade, preço unitário e total, de material e mão-de-obra, preferencialmente com até duas casas após a vírgula, assinado pelo responsável técnico;"***

Neste diapasão, o documento apresentado pela recorrida para cumprimento de tal requisito, NÃO POSSUI ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA, REQUISITO EXPRESSO NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO e que faz lei entre TODOS os participantes.

**Feitas tais considerações, cumpre a recorrente reiterar que o documento apresentado denominado Planilha de Orçamento na Proposta Financeira, não cumpre com o especificado no Edital, haja vista que contém TÃO SOMENTE a assinatura de um Representante legal, que não foi identificado, NÃO POSSUINDO A ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, nos moldes exigidos, veja-se:**



Em, 29/05/2022

**CB SOLAR & ENERGIA**  
JMPV COMÉRCIO DE PLACAS SOLARES LTDA.  
CNPJ: 31.304.628/0001-04 - I.E.: 258/0005977  
Rua Padre Juliano Noal, 55 - Sala 4  
Centro - CEP 99435-000  
CAMPOS BORGES - RS

Assinatura e Carimbo  
do Fornecedor

Tabela 1 apresentada – sem respectiva assinatura.

TABELA ORÇAMENTÁRIA 1.	TOTAL DA PROPOSTA	R\$ 179.226,70
------------------------	-------------------	----------------

Campos Borges-RS, 15 de Maio de 2022.

**CB SOLAR & ENERGIA**  
JMPV COMÉRCIO DE PLACAS SOLARES LTDA.  
CNPJ: 31.304.628/0001-04 - I.E.: 258/0005977  
Rua Padre Juliano Noal, 55 - Sala 4  
Centro - CEP 99435-000  
CAMPOS BORGES - RS

JMV COMERCIO DE PLACAS SOLARES LTDA  
CNPJ: 31.304.628/0001-04

Tabela 2 apresentada – sem respectiva assinatura.

Dessa feita, manter a habilitação da licitante recorrida com base nas disposições da Lei 8.666/93, com relação aos documentos apresentados, FERE O PRINCÍPIO da isonomia entre os participantes, eis que a licitante recorrida ao não observar as exigências do edital DEIXA DE CUMPRIR O PRINCIPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, motivo para sua inabilitação!

**Assim sendo, na remota hipótese de se acatar a documentação apresentada pela recorrida, caso não acolhida a tese de descumprimento da**



**vinculação ao instrumento convocatório, merece inabilitação, por conseguinte, haja vista que descumpridos os princípios da isonomia entre os participantes.**

**Neste diapasão, decidir de forma diversa é violar a LEGALIDADE e ISONOMIA do certame!**

Ainda, nesta senda, urge a recorrente salientar que o **Edital é o documento de publicidade da licitação, sendo que seu conteúdo integra as disposições contratuais que serão acordadas entre a Administração Pública.**

Dessa feita a habilitação da recorrida, fere diretamente os princípios atinentes aos certames licitatórios, em especial ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, o qual nas palavras de Rafael Carvalho Rezende Oliveira:

*“O instrumento convocatório é a lei interna da licitação que deve ser respeitada pelo Poder Público e pelos licitantes. (...) Trata-se de aplicação específica do princípio da legalidade, razão pela qual a não observância das regras e condições fixadas no instrumento convocatório acarretará a ilegalidade do certame”.*

Tal princípio resta inclusive positivado na Lei 8.666/93, artigo 41, *in verbis*:

***“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.***

Este também é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

*APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL. MUNICÍPIO DE PAVERAMA/RS. CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE FROTA PÚBLICA E BENS IMÓVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA CORRETORA DE SEGUROS. POSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DAS NORMAS CONSTANTES DO EDITAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NO ATO ATACADO. Hipótese em que não se identifica irregularidade na participação de empresa corretora em licitação que visa a contratação de seguros. Existência de previsão expressa no edital quanto à*

possibilidade de participação de empresas corretoras, desde que preenchidas as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (cláusulas 3.2 e 8.2). **Conforme o art. 3º da Lei nº 8.666/93, entre os princípios básicos que regem a administração, está o da vinculação ao edital ou convite. O edital, como é sabido, é a lei interna da licitação, e as condições nele estabelecidas devem permanecer inalteradas até seu final. A regra dirige-se à Administração, nos termos do artigo 41 da Lei de Licitações, segundo o qual lhe é vedado descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculado. Direciona-se também aos licitantes, conforme art. 48, inc. II da mesma lei, o qual refere que a proposta será desclassificada quando em desconformidade com o edital.** Apelo não provido. (Apelação Cível, Nº 70069563146, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Julgado em: 28-09-2016) grifo nosso

**Ademais, é sabido que quando da análise dos documentos apresentados para HABILITAÇÃO de qualquer certame NÃO PODE A ADMINISTRAÇÃO DEIXAR DE ANALISAR qualquer situação, documento ou informação que atinja diretamente a competitividade e a isonomia entre os participantes da licitação, a fim de que o licitante que seja declarado vencedor tenha de fato permitido ao ente público a busca e classificação da proposta mais vantajosa, permitindo, assim, julgar de forma objetiva as propostas apresentadas, O QUE NÃO IRÁ OCORRER NO CERTAME EM COMENTO, haja vista que ao MANTER A HABILITAÇÃO DA RECORRIDA, procederá com o FAVORECIMENTO de licitante em detrimento de outro, CLARAMENTE SEM GARANTIR ISONOMIA E LEGALIDADE aos seus atos.**

Portanto, REQUER, desde já, seja INABILITADA a licitante **JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES** inscrita no CNPJ: 31.304.628/0001-04.

É o que se requer.



## **2.2. DO DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PELA LICITANTE ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA:**

Sem prejuízo do que restou exposto até aqui, cumpre a recorrente trazer à baila as teses recursais que merecem ser acolhidas para declaração de inabilitação da segunda classificada, qual seja, **ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA** inscrita no CNPJ: 33.024.681/0001-87, haja vista que descumpriu requisitos expressos no Instrumento Convocatório, conforme a seguir exarado.

### **2.2.1 DO NÃO ATENDIMENTO DO SUBITEM 6.2.3 E SEQUINTE - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

De acordo com o narrado alhures, urge a recorrente salientar o descumprimento do Subitem 6.2.3, alínea "a", *in verbis*:

#### **"6.2.3. Qualificação Técnica:**

a) Registro ou Inscrição na Entidade Profissional Competente – **CREA/RS** – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou Registro ou Inscrição na Entidade Profissional Competente **CAU** – Conselho de Arquitetura e Urbanismo – **da empresa licitante**, conforme Art.30, inciso I da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, ou visto da mesma, no caso de empresas não sediadas no Estado;"

**Merece reforma a habilitação da licitante recorrida, haja vista que não apresentou REGISTRO VÁLIDO junto a Entidade Profissional Competente, a fim de cumprir as determinações do Subitem 6.2.3, alínea "a" do instrumento convocatório, motivo pelo qual a manutenção de sua habilitação fere diretamente os princípios atinentes aos certames licitatórios, em especial ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.**

Dessa feita, colacionamos abaixo o documento apresentado, veja-se:





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90020-170 | Fone: 51 3029.2100  
www.crea-rs.org.br

**CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA**

Certidão n°: 1939518

Validade: 30/04/2022

Razão Social: **ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI**

CNPJ: 33.024.681/0001-87

N° de registro no Crea-RS: 244522

Registrada desde: 04/00/2020

Registrada para:

NA ÁREA DA MODALIDADE ELETRICISTA: MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO; MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES DE REDES TELECOMUNICAÇÕES; SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA - SCM; ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICO.

Observações:

NADA CONSTA.

Cumpre esclarecer que, na data do Credenciamento para Cadastro de Fornecedor do Município de Campo Borges, a licitante recorrida apresentou Certidão De Registro da Empresa dentro de sua validade, em 28 de abril de 2022. Sendo que a Respectiva Certidão venceria em 30 de Abril de 2022.

Contudo, posterior a isso em 19 de maio de 2022, a empresa juntamente ao Envelope 1 - da Documentação de Habilitação, deveria apresentar nova documentação de habilitação caso estivesse vencida em seu respectivo cadastro de Fornecedores do Município.

Dessa feita, a recorrida, **ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA** inscrita no CNPJ: 33.024.681/0001-87, deixou de apresentar em sua documentação de habilitação **nova certidão dentro do prazo de validade**, não podendo ter para si as benesses da Lei Complementar 123/2006, eis que não apresentada declaração nesse sentido.

**Dessa feita, quanto aos documentos apresentados pela licitante recorrida, há que se INABILITAR a mesma, tendo em vista que deixou de comprovar sua habilitação e regularidade junto ao conselho profissional, REQUISITO EXPRESSAMENTE estabelecido no instrumento convocatório.**

**2.2.2 ATESTADO DE VISITA EM DESCONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. DESCUMPRIMENTO DO SUBITEM 6.2.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

De acordo com o narrado alhures, urge a recorrente salientar o descumprimento do Subitem 6.2.3, alínea "d", *in verbis*:

*"d) Devendo ser feita a visita pelo Responsável Técnico da Empresa munido de documentação de identificação como tal. O atestado será fornecido na Prefeitura Municipal pelo Prefeito Municipal, Engenheiro ou Secretário Municipal de Administração e Planejamento".*

Neste sentido, há que se esclarecer, desde já, que o Responsável Técnico da Empresa recorrida se trata da pessoa de **MAYKON SBRUZZI**, Engenheiro Eletricista, o qual, de acordo com a exigência do instrumento convocatório, deveria realizar a visita técnica, veja-se:

 CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA Rua São Luís, 77 - Santana   Porto Alegre (RS)   CEP 90620-170   Fone: 51 3320.2100 www.crea-rs.org.br	
<b>CERTIDÃO DE VISTO DE PROFISSIONAL</b>	
Certidão n°: 1939516	Validade: 31/03/2023
Nome do Profissional: <b>MAYKON SBRUZZI</b>	
Título: ENGENHEIRO ELETRICISTA	
Visto n°: AM26612	RNP: 0415838177
CPF: 025.011.450-03	
Data do Visto: 23/05/2019	
Atribuições Profissionais (legislação): RESOLUÇÃO 218/73 ART. 25 RESOLUÇÃO 218/73 ART. 8	
Curso de Graduação: ENGENHARIA ELÉTRICA - Colou grau em: 15/08/2016 SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS	
Curso de Pós-Graduação: NADA CONSTA	
Responsabilidade técnica por pessoa jurídica: 1) ENERGIZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI desde 04/06/2020 2) CB NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA desde 14/10/2021 3) JMV COMÉRCIO DE PLACAS SOLARES LTDA desde 20/10/2021	



**CONTUDO, A VISITA TÉCNICA FOI REALIZADA POR ANDERSON LUIS DAHMER, PESSOA QUE NÃO SE TRATA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO da licitante recorrida, DESCUMPRINDO CLARAMENTE O REQUISITO EDITALÍCIO!**

A título ilustrativo colacionamos o atestado de visitas para demonstração cabal da tese recursal ora lançada, veja-se:



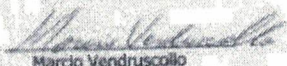
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES  
Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

Campos Borges/RS-  
Reforma da Unidade de Saúde

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

Atestamos que o Sr. Anderson Luis Dahmer, CPF: 017.847.250-64, esteve visitando o local da obra onde será executada a **CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÃO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES MUNICIPAL**, localizado a Rua Nativides de Moraes esquina com a rua Ipiranga, Centro de Campos Borges, para fins de participação na LICITAÇÃO / MODALIDADE: **TOMADA DE PREÇO 007/2022**, representando a empresa **ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA** e tomou conhecimento das peculiaridades que possam influenciar na execução da obra.

Campos Borges, 11 de Maio de 2022.

  
Marcio Vendruscolo  
Engº Civil - CREA-RS 231.821  
Setor de Engenharia de Campos Borges/RS

**Assim sendo, considerando que A VISITA TÉCNICA NÃO FOI REALIZADA PELA PESSOA ADEQUADA - RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA, NÃO PODE O MESMO SER CONSIDERADO EIS QUE EM DESACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL!**

Dessa feita, não foi atendido a exigência constante do instrumento convocatório, motivo pelo qual habilitar empresa que NÃO OBSERVA REQUISITO EXPRESSO DE EDITAL, afronta diretamente o artigo 41 da Lei 8.666/93, *in verbis*:

*“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.*

**A fim de evitar tautologia, reporta-se a recorrente as considerações já narradas no Tópico 2.1.1.3 destas razões recursais, as quais manifestam-se sobre o princípio descumprido pela recorrida, qual seja, da vinculação ao instrumento convocatório.**

Diante do exposto, requer-se, desde já, a inabilitação da licitante **ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA**, de acordo com o narrado alhures.

### **2.2.3 DO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 6.2.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA, DO EDITAL:**

De acordo com o narrado alhures, urge a recorrente salientar o descumprimento do Subitem 6.2.4, alínea “b.1”, *in verbis*:

*b.1) Os cálculos dos índices, deverão estar rubricados e assinados pelo representante legal e pelo contador da empresa.*

**Nesse sentido, o documento apresentado pela recorrida ENERGIZZO, não cumpre com as exigências editalícias, devido que não consta a assinatura do Representante legal da Empresa, e sim apenas carimbo, sem ao menos saber quem foi o autor do mesmo, veja-se:**



Campos Borges, RS, 27 de abril de 2012

FREDERICO ADOLFO DAHMER  
CPF: 001.762.630-71  
CONTADOR CRC RS-09114803-2

Anderson Luis Dahmer  
CPF: 017.847.250-64

ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA  
CPF: 017.847.250-64  
ADMINISTRADOR

www.energizzo.com.br

Não resta dúvidas, o subitem 6.2.4 não foi cumprido, motivo pelo qual a fim de evitar tautologia, reporta-se a recorrente as considerações já narradas no Tópico 2.1.1.3 destas razões recursais, as quais manifestam-se sobre o princípio descumprido pela recorrida, qual seja, da vinculação ao instrumento convocatório.

Diante do exposto, requer-se, desde já, a inabilitação da licitante **ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA**, de acordo com o narrado alhures.

É o que se requer.

#### **2.2.4 DO DESCUMPRIMENTO DO SUBITEM 7.3.5 DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:**

Sem prejuízo do colacionado no tópico anterior, cumpre a recorrente, trazer à baila, por conseguinte, as razões recursais pelas quais merece inabilitação a licitante recorrida **ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA** inscrita no CNPJ: 33.024.681/0001-87.

Dessa feita, estabeleceu o instrumento convocatório em seu subitem 7.3.5, letra a), o qual colacionamos *ipsis literis*:


***“a) Planilha de orçamento discriminando, quantidade, preço unitário e total, de material e mão-de-obra, preferencialmente com até duas casas após a vírgula, assinado pelo responsável técnico;”*** grifamos

A proposta Financeira, seguida da Planilha de Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro, restou assinada por um Técnico denominado como **CLEBER PENZ**, Registrado no Conselho Federal de Técnicos, como é possível verificar abaixo:

30 dias

30 dias

**ENERGIZZO COMÉRCIO E  
SERVIÇOS ELÉTRICOS - EIRELI**  
CNPJ: 33.024.681/0001-87

  
Energizzo Comércio e Serviços Elétricos

Anderson Luís Dahmer  
CPF: 017.647.250-64

  
Anderson Luís Dahmer

100% | R\$

192.059,13 |

60,98% |

R\$ 11

  
Cleber Penz

CFT 2201646792

Energizzo Comércio e Serviços Elétricos



Contudo, há que se reiterar que o **RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EMPRESA** é o Sr. **MAYKON SBRUZZI**, Engenheiro Eletricista que possui Registro no CREA/RS, sendo este que deveria ter assinado as respectivas Proposta de Preços, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro, conforme exigido no Instrumento Convocatório, subitem 7.3.5<sup>1</sup>.

Claro e cristalino, portanto, que novamente as exigências contidas no instrumento convocatório não foram cumpridas pela recorrida **ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA** inscrita no CNPJ: 33.024.681/0001-87, motivo pelo qual merece ser inabilitada.

É o que se requer.

### **3. DA NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO E DO PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA:**

Sem prejuízo de todo o exposto até aqui, diante das razões apresentadas, cabe a recorrente destacar que **todas as decisões da Administração devem ser devidamente fundamentadas à luz do ordenamento jurídico, sob pena de violação das disposições da Carta Magna.**

Do mesmo modo, além do dever de proceder com a devida fundamentação, quando do julgamento do presente, há que se trazer à baila o fato de que a Administração pode valer-se do princípio da autotutela.

Tal princípio dá a possibilidade para que o poder público proceda com a alteração ou revogação de atos ilegais e/ou irregulares e resta disciplinado no artigo 53 da Lei 9.784/99, *in verbis*:

*“Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de*

<sup>1</sup> **a) Planilha de orçamento discriminando, quantidade, preço unitário e total, de material e mão-de-obra, preferencialmente com até duas casas após a vírgula, assinado pelo responsável técnico;**  
**b) Cronograma físico-financeiro discriminando os serviços a serem executados conforme planilha de orçamento, assinado pelo responsável técnico;**

*conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos”.*

Referido princípio resta, também, sumulado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, nas súmulas 346 e 473, veja-se:

“SÚMULA 346

*A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”.*

“SÚMULA 473

*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.*

É o que desde já se requer.

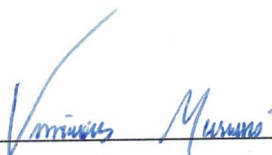
**4. DOS PEDIDOS:**

Assim, diante de tudo que restou exposto, a RECORRENTE requer dignese V. Exa. a receber o presente Recurso Administrativo, conhecendo, posteriormente suas razões, dando-lhe **TOTAL PROVIMENTO**, culminando assim na inabilitação das licitantes **JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES** inscrita no CNPJ: 31.304.628/0001-04 e **ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA** inscrita no CNPJ: 33.024.681/0001-87, por não atender as especificações do instrumento convocatório, como medida da mais transparente Justiça!



Nestes termos, pede deferimento.

Ibirubá/RS, 23 de maio de 2022.



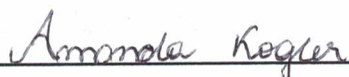
**MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**

CNPJ: 33.567.094/0001-34

VINICIUS MURUSSI

REPRESENTANTE LEGAL/ADMINISTRADOR

CPF: 826.890.080-68



**MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**

CNPJ sob o n° 33.567.094/0001-34

AMANDA KOGLER

REPRESENTANTE LEGAL/ADMINISTRADOR

CPF 027.978.960-25

MIC  
ENGENHARIA  
E  
CONSULTORIA  
LTDA:33567094000134

Assinado de forma  
digital por MIC  
ENGENHARIA E  
CONSULTORIA  
LTDA:33567094000134  
Dados: 2022.05.24  
13:43:53 -03'00'

## Departamento Nacional de Trânsito

**QR-CODE**



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

**SERPRO / DENATRAN**



# CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

RS

AMANDA KOGLER

DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSOR/UF  
11D4917B34 5JS/II RS

CPF  
027.978.960-25

DATA NASCIMENTO  
26/09/1991

FILIAÇÃO  
ARI KOGLER

LIANA BEATRIZ GIACOMELLI KOGLER

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
B

Nº REGISTRO  
02898197191

VALIDADE  
03/03/2025

1ª HABILITAÇÃO  
08/03/2010

OBSERVAÇÕES

*Amanda Kogler*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
IBIRUBA, RS

DATA EMISSÃO  
04/03/2020

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

32616164412  
R5231975520

RIO GRANDE DO SUL

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
2095664708

## QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:  
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

**SERPRO / DENATRAN**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>33.567.094/0001-34</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>08/05/2019</b>
NOME EMPRESARIAL <b>MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>MIC ENGENHARIA</b>	PORTE <b>ME</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>71.12-0-00 - Serviços de engenharia (Dispensada *)</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica</b> <b>42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica</b> <b>42.21-9-05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações</b> <b>43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica</b> <b>43.99-1-01 - Administração de obras</b> <b>47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico (Dispensada *)</b> <b>47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas (Dispensada *)</b> <b>47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral (Dispensada *)</b> <b>71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia (Dispensada *)</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R 3 DE OUTUBRO</b>	NÚMERO <b>1270</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>98.200-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>IBIRUBA</b>
UF <b>RS</b>	TELEFONE <b>(54) 9167-4050</b>	
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CONSULTORIA.MICC@GMAIL.COM</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>08/05/2019</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

(\*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/04/2022 às 16:07:07** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

<b>CNPJ:</b>	33.567.094/0001-34
<b>NOME EMPRESARIAL:</b>	MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
<b>CAPITAL SOCIAL:</b>	R\$45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	VINICIUS MURUSSI
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	AMANDA KOGLER
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	JOAO VITOR PAGOTTO
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 12/04/2022 às 16:07 (data e hora de Brasília).



Ministério da Economia  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

## 1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: **MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



RSP2100033678

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	090			CONTRATO
		046	1	TRANSFORMACAO
		315	1	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

**IBIRUBA**  
Local

**10 Fevereiro 2021**  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem  
À decisão

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

☐ NÃO

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

☐ NÃO

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

### DECISÃO SINGULAR

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

\_\_\_\_\_  
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

## OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul  
Certifico registro sob o nº 43208904536 em 10/02/2021 da Empresa MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 33567094000134 e protocolo 210333286 - 28/01/2021. Autenticação: 36D118DD196AC71E81B10828512C767BD38F96. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/033.328-6 e o código de segurança r7Fq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

**CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES**  
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 1/21



# JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

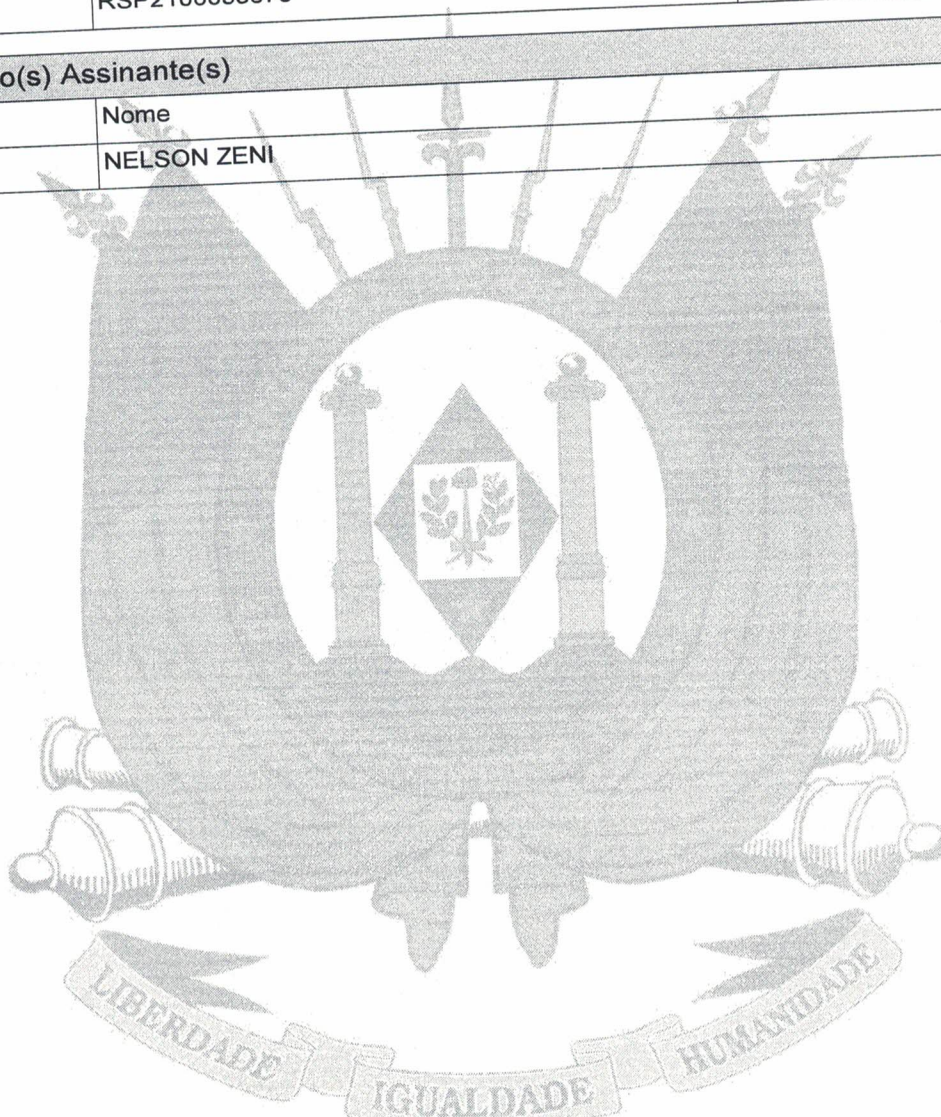
Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/033.328-6	RSP2100033678	28/01/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
142.642.420-53	NELSON ZENI



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul





## CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

JOÃO VITOR PAGOTTO, brasileiro, solteiro, maior, Engenheiro Eletricista, nascido em 23/11/1997, nº do CPF 032.740.680-12, portador do RG nº 3101229171, SSP/RS, residente a Rua Santo Marchetto, nº 284, Apto 102, Centro, no município de Marau/RS, CEP 99150-000, neste ato representado por seu procurador Nelson Zeni, brasileiro, casado, advogado, nascido em 17/10/1951, portador do RG nº 8033240212 – SSP/RS, CPF 142.642.420-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, 701, Centro, Ibirubá-RS, CEP 98200-000, empresário JOÃO VITOR PAGOTTO 03274068012, com sede na Rua Santo Marchetto, 284, Apto 102, Centro, na cidade de Marau-RS, CEP 98150-000, inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob NIRE 43807927118 em sessão do dia 08/05/2019, e no CNPJ sob o nº 33.567.094/0001-34, fazendo uso do que permite o § 3º do art. 968 da Lei nº 10.406/2002, com a redação alterada pelo art. 10 da Lei Complementar nº 128/08, ora transforma seu registro de EMPRESÁRIO em SOCIEDADE EMPRESÁRIA, uma vez que admitiu os sócios:

AMANDA KOGLER, brasileira, casada pelo regime de comunhão universal de bens, Arquiteta e Urbanista, nascida em 26/09/1991, nº do CPF 027.978.960-25, portadora do RG 1104917834, SJS/RS, residente a Rua 3 de Outubro, nº 1270, Casa, Centro, no município de Ibirubá/RS, CEP 98.200-000, neste ato representado por seu procurador Nelson Zeni, acima qualificado, e

VINICIUS MURUSSI, brasileiro, solteiro, maior, Administrador, nascido em 02/08/1985, nº do CPF 826.890.080.68, portador do RG 2084404777, SJS/RS, com residência a Rua Etwin Schweig Filho, nº 96, Casa, bairro Jardim, no município de Ibirubá/RS, CEP 98.200-000 neste ato representado por seu procurador Nelson Zeni, acima qualificado;

Passando a constituir o tipo jurídico SOCIEDADE LIMITADA, a qual se regerá, doravante, pelo CONTRATO SOCIAL ao qual se obrigam mutuamente todos as sócios:

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome fantasia MIC ENGENHARIA.

Cláusula Segunda - O objeto social será SERVICOS DE ENGENHARIA, SERVICOS DE DESENHO TECNICO RELACIONADOS A ARQUITETURA E ENGENHARIA, ADMINISTRACAO DE OBRAS, INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA, CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA, MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA, MANUTENCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS.

Cláusula Terceira - A sede da sociedade é na a Rua 3 de Outubro, número 1270, Centro, município Ibirubá/RS, CEP 98.200-000.

Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades em 08/05/2019 e seu prazo de duração é indeterminado.





## CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Cláusula Quinta - O capital social é R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) dividido em 45.000 quotas no valor nominal R\$ 1,00 (um real), sendo R\$ 5.000,00 do sócio JOÃO VITOR PAGOTTO, mediante capital proveniente da parcela do capital social pertencente ao empresário, que corresponde aos bens por ele aportados na sociedade, deduzido o passivo da empresa na data da transformação e o restante integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios, assim distribuídos:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR R\$
AMANDA KOGLER	15.000	15.000,00
JOÃO VITOR PAGOTTO	15.000	15.000,00
VINICIUS MURUSSI	15.000	15.000,00
TOTAL	45.000	45.000,00

Cláusula Sexta - A sociedade assume o ativo e passivo da firma VITOR PAGOTTO 03274068012, NIRE 43807927118, CNPJ 33.567.094/0001-34.

Cláusula Sétima - Que a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme art. 1.052 CC/2002.

Cláusula Oitava - A administração da sociedade caberá ao administradora/sócia AMANDA KOGLER ao administrador/sócio VINICIUS MURUSSI ao administrador/sócio JOÃO VITOR PAGOTTO, já qualificados, aos quais caberá, em conjunto, a gestão plena e total da sociedade, ficando os mesmos investidos dos mais plenos e gerais poderes para representar a sociedade, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos de administração dos negócios sociais, inclusive decidir sobre qualquer matéria de interesse da sociedade, sendo necessária a assinatura de 02 (dois) administradores, ou de um administrador em conjunto com um procurador especificamente designado pelos outros administradores, ou de dois procuradores designados pelos administradores, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, a prestação de avais, fianças, endossos e outras garantias de favor, a alienação ou oneração de bens imóveis e participações societárias, se não firmado o ato conjuntamente.

Primeiro Parágrafo: Os administradores receberão mensalmente, a título de pró-labore, a importância que for fixada por deliberação social.

Segundo Parágrafo: Os administradores serão destituídos de seus cargos por deliberação de sócios representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social.

Cláusula Nona - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula Décima - O capital social poderá ser aumentado segundo deliberação dos sócios, no que após aprovação far-se-á a modificação do contrato.

Parágrafo Primeiro: A deliberação pelo aumento do capital social deverá fixar o termo, a forma e os critérios em que está se dará. Os sócios terão preferência para participar do aumento, na proporção de suas quotas.



## CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Parágrafo Segundo: O sócio poderá ceder o direito de preferência aos outros sócios, respeitando a proporcionalidade das quotas dos cessionários. A renúncia expressa do direito de preferência de um dos sócios, legitima o direito dos sócios interessados em participar no aumento de capital também na parte renunciada.

Parágrafo Terceiro: O sócio não poderá ceder para terceiro o direito de preferência no aumento do capital social. Somente será permitido o ingresso, para aumento do capital social, de pessoa estranha à sociedade, com a deliberação da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Cláusula Décima Primeira - A sociedade poderá reduzir o seu capital, por deliberação dos sócios, em razão do disposto no artigo 1.082, do Código Civil.

Cláusula Décima Segunda - Os administradores da Sociedade, na forma do disposto no § 1º do artigo 1.011 do Código Civil, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, e nem condenados ou se encontram sob efeito de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou qualquer outro que os impeçam de exercer atividades empresariais.

Cláusula Décima Terceira - As deliberações dos sócios sobre as matérias do artigo 1.071 do Código Civil, além de outras indicadas na lei ou neste instrumento, serão adotadas em reunião. As reuniões de sócios serão realizadas sempre que necessário e poderão ser convocadas por um sócio e por um administrador, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, por meio de carta ou correio eletrônico (e-mail), dispensando-se tal convocação se todos os sócios se declararem, por escrito, cientes do local, dia, hora e ordem do dia.

Parágrafo Primeiro: As decisões e acordos realizados nessas reuniões serão transcritos em livro próprio, ou poderão também ser consubstanciados em outro instrumento apropriado.

Parágrafo Segundo: Instala-se a reunião, em primeira convocação com a presença de sócios representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social, e, em segunda, com qualquer número. A segunda convocação realizar-se-á 02 (duas) horas após a primeira.

Parágrafo Terceiro: A reunião será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto de deliberação.

Parágrafo Quarto: Salvo quorum especial previsto na Lei nº 10.406/2002, ou outro estabelecido neste contrato social, as deliberações aprovadas por sócios representando a maioria do capital social, são válidas e obrigatórias.

Cláusula Décima Quarta - Cláusula Décima Segunda - Será objeto de deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou neste contrato social:

- I - aprovação das contas da administração;
- II - a compra, locação, venda, hipoteca ou outro tipo de oneração de bens imóveis;
- III - decisão sobre o destino dos resultados, lucros ou prejuízos, da sociedade;
- IV - designação dos administradores, quando feita em ato apartado;
- V - a destituição de administrador;
- VI - o modo de sua remuneração, quando não estabelecido neste contrato;
- VII - a modificação do contrato social;





## CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

VIII - a incorporação, a fusão, a dissolução e a liquidação da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;

IX - a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;

X - o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Primeiro: Nos casos dos incisos I a VI, IX e X desta cláusula, as deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social.

Parágrafo Segundo: Nos casos dos incisos VII e VIII desta cláusula, as deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos correspondentes, no mínimo, a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social.

Cláusula Décima Quinta - Ao término de cada exercício social, a ser encerrado no dia 31 de dezembro de cada ano, será levantado o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis exigidas pela legislação vigente, apurando-se o resultado econômico do exercício, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados, salvo deliberação em contrário a ser tomada em Reunião de Sócios, segundo autoriza o art. 1.007 da Lei 10.406/2002.

Cláusula Décima Sexta - Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula Décima Sétima - O sócio não poderá ceder suas quotas, total ou parcialmente, a outro sócio ou a estranhos sem a concordância expressa dos demais sócios.

Parágrafo Primeiro: Todos os sócios concorrem em igualdade de condições, respeitada a proporcionalidade de suas quotas sociais, no caso da cessão de quotas do capital entre os sócios.

Parágrafo Segundo: O oferecimento das quotas sociais, total ou parcialmente, a estranhos somente será possível se os sócios expressamente manifestarem desinteresse pelas mesmas. Os sócios têm preferência na aquisição, garantida a igualdade das condições propostas.

Parágrafo Terceiro: O sócio que desejar ceder, a outro sócio ou a estranho, deverá comunicar por escrito aos demais sócios com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, para que sejam assegurados os direitos dispostos nos parágrafos anteriores.

Cláusula Décima Oitava - Qualquer sócio poderá retirar-se da sociedade, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Primeiro: A quota do sócio retirante, considerando o montante efetivamente realizado, será liquidada pelo valor aferido com base na situação patrimonial da sociedade, apurado em balanço especialmente levantado à data da resolução.

Parágrafo Segundo: O valor da quota liquidada poderá ser pago em bens e/ou direitos, em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a alteração contratual que tratar da retirada.

Cláusula Décima Nona - A ocorrência de falecimento, incapacidade, insolvência ou interdição de um dos sócios, não dissolverá a sociedade, a qual poderá continuar com os remanescentes e os herdeiros e ou sucessores, desde que nisso acordem os sócios.

Parágrafo Único: Não havendo a concordância entre os sócios remanescentes e não havendo acordo destes com os herdeiros e ou sucessores, a quota do sócio que vier a se afastar em



## CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

razão da ocorrência de um dos fatos enunciados no "caput" desta cláusula, será liquidada pelos termos, critérios, formas, condições e prazos estipulados nos parágrafos 1º e 2º, da cláusula décima oitava, deste instrumento.

Cláusula Vigésima - Será considerada justa causa, para fins de exclusão, a prática, por qualquer sócio, de atos de inegável gravidade que ponham em risco a continuidade da Sociedade.

Parágrafo Primeiro: Poderá ser considerada justa causa, exemplificativamente, embora não exaustivamente, a ocorrência dos seguintes fatos:

- I - quebra do "affectiosocietatis";
- II - falta no dever de colaboração;
- III - falta no cumprimento de prestações acessórias;
- IV - discordância sistemática e injustificada com as deliberações sociais;
- V - concorrência, direta ou indireta, tanto como proprietário, acionista, sócio, investidor, parceiro, licenciado, financiador, operador, consultor, empregado, ou de qualquer outra forma, com os negócios desenvolvidos pela sociedade.

Parágrafo Segundo: A exclusão de sócio deverá ser deliberada pela maioria dos sócios que representem, no mínimo, a maioria do capital social, em reunião especialmente convocada para esse fim, estando, o sócio sujeito à exclusão, ciente, em tempo hábil, para que possa comparecer e, querendo, apresentar sua defesa.

Parágrafo Terceiro: O reembolso do sócio excluído será feito nos termos, critérios, formas, condições e prazos estipulados nos parágrafos 1º e 2º, da cláusula décima sexta, deste instrumento.

Parágrafo Quarto: A sociedade poderá reter, do montante do reembolso apurado ao sócio excluído, o valor correspondente aos danos e perdas, a quaisquer títulos, provocados por este.

Cláusula Vigésima Primeira - O balanço especial deverá, nos 10 (dez) dias subsequentes à data da sua elaboração, ser submetido à apreciação do sócio excluído, dissidente, falido, liquidado, extinto ou retirante, o qual terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento, para dizer se com ele concorda, ou fundamentadamente, em que aspectos dele diverge.

Parágrafo Único: Na hipótese de existir divergências relacionadas ao balanço especial e estas não restarem solvidas por mútuo consentimento, as partes poderão submetê-las à arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23/09/1996, adotando-se, em tal procedimento, os princípios gerais de direito, os usos e costumes e, se pertinentes, as regras internacionais de comércio.

Cláusula Vigésima Segunda - Todas as divergências serão resolvidas pela interpretação deste contrato, sendo os casos omissos regidos pelas disposições dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil que regulamenta as Sociedades Limitadas, subsidiariamente, e no que for aplicada, a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Cláusula Vigésima Terceira - A responsabilidade técnica da sociedade será exercida pelo sócio JOÃO VITOR PAGOTTO, registrado no CREA sob nº RS247433.





# CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Cláusula Vigésima Quarta - Fica eleito o foro de IBIRUBÁ - RS para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando os sócios justos e contratados, assinam o presente instrumento em via única.

Ibirubá, 26 de janeiro de 2021.

\_\_\_\_\_  
AMANDA KOGLER

Representada por seu Procurador NELSON ZENI

\_\_\_\_\_  
VINICIUS MURUSSI

Representado por seu Procurador NELSON ZENI

\_\_\_\_\_  
JOÃO VITOR PAGOTTO

Representado por seu Procurador NELSON ZENI



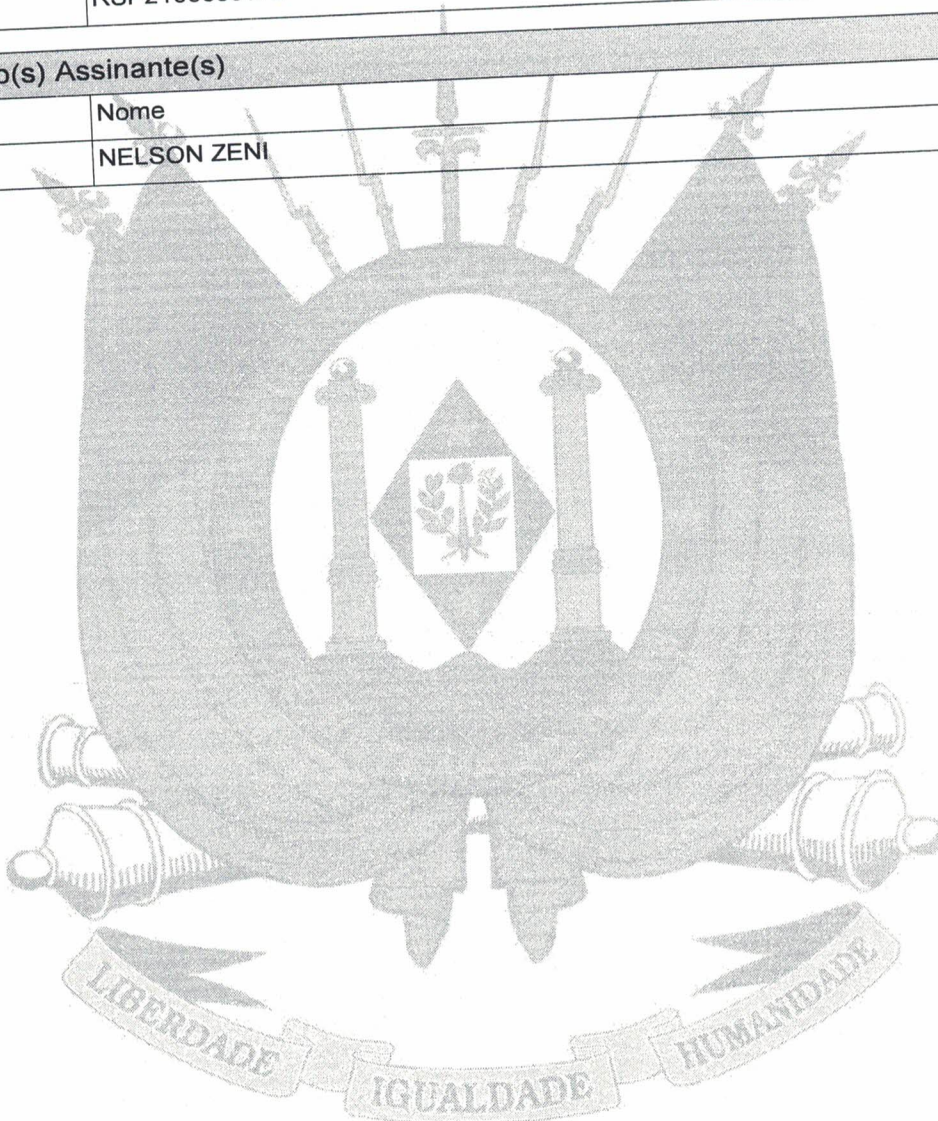
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO  
RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/033.328-6	RSP2100033678	28/01/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
142.642.420-53	NELSON ZENI





# PROCURAÇÃO

## OUTORGANTE:

VINICIUS MURUSSI, brasileiro, Administrador, solteiro, maior, nascido em 02/08/1985, nº do CPF 826.890.080-68, documento de identidade 2084404777, SJS, RS, com domicílio a Rua Etwin Schweig Filho, 96, Bairro Jardim, Ibirubá-RS, CEP 98.200-000.

## OUTORGADO:

NELSON ZENI, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, advogado, nascido em 17/10/1951, portador do RG nº 8033240212 – SSP/RS, CPF 142.642.420-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, 701, Centro, Ibirubá-RS, CEP 98200-000.

## PODERES:

Por este instrumento particular, o **OUTORGANTE** constitui procurador o **OUTORGADO**, a quem confere poderes específicos para proceder todos os tipos de alteração em empresário individual, sociedade limitada e empresa individual de responsabilidade limitada tais como, ingressar, admitir e retirar sócio(s), titular de EIRELI, subscrever e integralizar capital social, nomear administrador sócio ou não sócio, ceder, adquirir, comprar, vender e transferir quotas sociais a título gratuito ou oneroso para si (se for o caso) ou para terceiros, dar quitação, alterar titularidade de empresa individual de responsabilidade limitada, aumentar capital social, integralizar qualquer tipo de bem móvel ou imóvel, reduzir capital social, alterar objeto social, alterar endereço de empresa, proceder abertura, alteração e extinção de filial, alterar nome empresarial, reativar empresa, consolidar contrato social e ato constitutivo de EIRELI, declarar para fins de desimpedimento para exercício da administração conforme Art. 1.011, § 1º CC/2002 e enquadramento de porte de micro ou pequena empresa, declarar que não participa de outra empresa individual de responsabilidade limitada, transformação de natureza jurídica, liquidar e extinguir empresa, prestar compromisso de guarda de livros e documentos, indicar responsável pelo ativo e passivo porventura remanescentes, declarar, converter sociedade empresária em sociedade civil, promover cisão, incorporação e fusão, rerratificar, assinar outorga conjugal, representar em atas e deliberações de empresas e sociedades de que seja sócio, bem como assinar física ou digitalmente por meio de certificação digital os respectivos atos e outros documentos necessários à efetivação do ato a ser apresentado a arquivamento na Junta Comercial Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul, assinar livros e arquivamento de livros na Junta Comercial, Industrial e de Serviços do Rio Grande do Sul, representá-lo, perante a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul.

Ibirubá/RS, 14 de janeiro de 2021.

TABELIONATO  
IBIRUBÁ

VINICIUS MURUSSI

## Autenticação:

TABELIONATO DE NOTAS DE IBIRUBÁ - RS  
Rua Getúlio Vargas, 800 - Loja 1 - Fone / Fax: (54) 3324-1494  
Tabelião: Paulo Roberto Hanel

Reconheço AUTENTICA a firma de VINICIUS MURUSSI, indicada como seta de uso deste Tabelionato. Dou fé. Ibirubá, quarta-feira, 27 de janeiro de 2021.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
Natália Sartori - Escrevente Autorizada  
Eml: RS 5.30 - Selo digital: RS 1.40 0279.01.2000004 07596

VALIDO SOMENTE SE ENTREGUEMOS DU RASURAS.

- O Reconhecimento da firma do representante legal da Outorgante junto ao Tabelionato de Notas será somente por autenticidade.







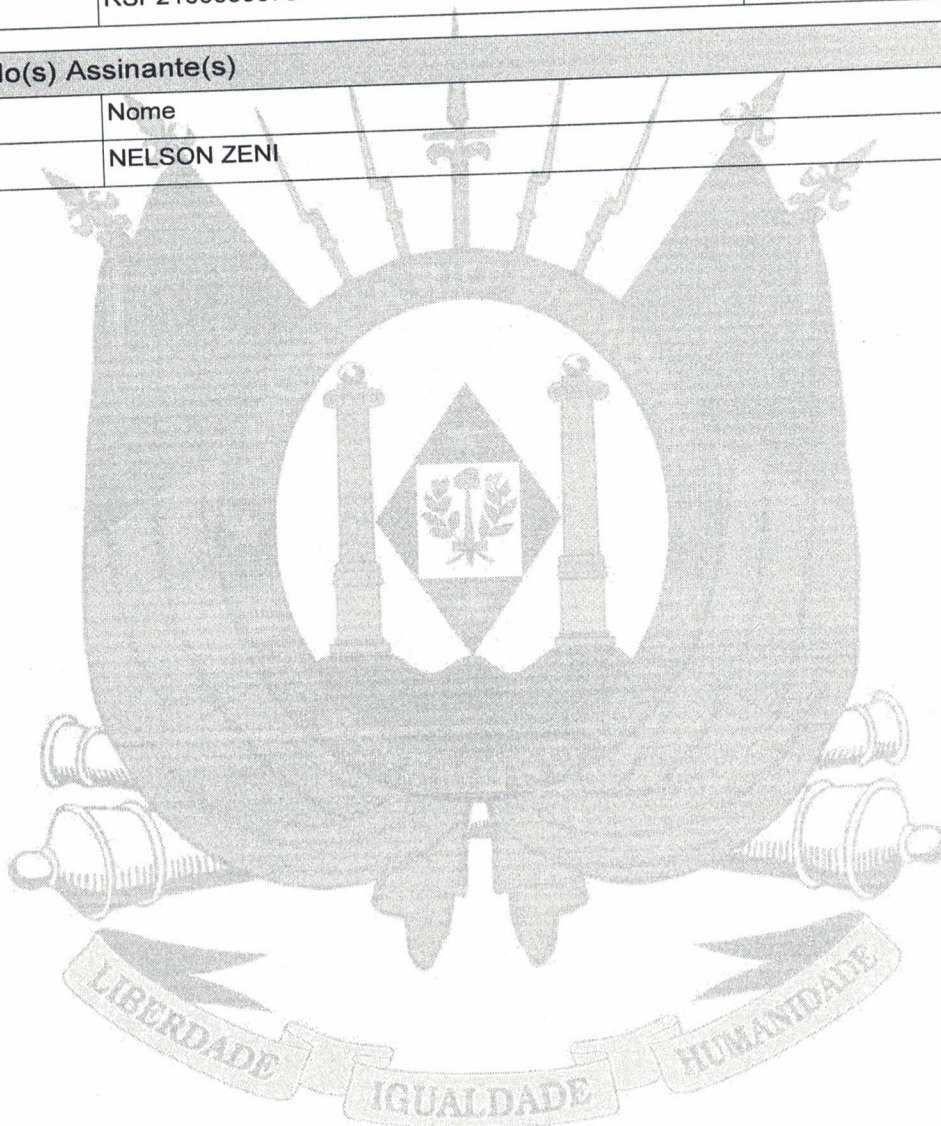
# JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/033.328-6	RSP2100033678	28/01/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
142.642.420-53	NELSON ZENI



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul





# PROCURAÇÃO

## OUTORGANTE:

AMANDA KOGLER, brasileira, Arquiteta e Urbanista, casada pelo regime de comunhão universal de bens, nascida em 26/09/1991, nº do CPF 027.978.960-25, documento de identidade 1104917834, SJS, RS, com domicílio a Rua 3 de Outubro, número 1270, centro, Ibirubá-RS, CEP 98.200-000.

## OUTORGADO:

NELSON ZENI, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, advogado, nascido em 17/10/1951, portador do RG nº 8033240212 – SSP/RS, CPF 142.642.420-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, 701, Centro, Ibirubá-RS, CEP 98200-000.

## PODERES:

Por este instrumento particular, a **OUTORGANTE** constitui procurador o **OUTORGADO**, a quem confere poderes específicos para proceder todos os tipos de alteração em empresário individual, sociedade limitada e empresa individual de responsabilidade limitada tais como, ingressar, admitir e retirar sócio(s), titular de EIRELI, subscrever e integralizar capital social, nomear administrador sócio ou não sócio, ceder, adquirir, comprar, vender e transferir quotas sociais a título gratuito ou oneroso para si (se for o caso) ou para terceiros, dar quitação, alterar titularidade de empresa individual de responsabilidade limitada, aumentar capital social, integralizar qualquer tipo de bem móvel ou imóvel, reduzir capital social, alterar objeto social, alterar endereço de empresa, proceder abertura, alteração e extinção de filial, alterar nome empresarial, reativar empresa, consolidar contrato social e ato constitutivo de EIRELI, declarar para fins de desimpedimento para exercício da administração conforme Art. 1.011, § 1º CC/2002 e enquadramento de porte de micro ou pequena empresa, declarar que não participa de outra empresa individual de responsabilidade limitada, transformação de natureza jurídica, liquidar e extinguir empresa, prestar compromisso de guarda de livros e documentos, indicar responsável pelo ativo e passivo porventura remanescentes, declarar, converter sociedade empresária em sociedade civil, promover cisão, incorporação e fusão, rerratificar, assinar outorga conjugal, representar em atas e deliberações de empresas e sociedades de que seja sócio, bem como assinar física ou digitalmente por meio de certificação digital os respectivos atos e outros documentos necessários à efetivação do ato a ser apresentado a arquivamento na Junta Comercial Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul, assinar livros e arquivamento de livros na Junta Comercial, Industrial e de Serviços do Rio Grande do Sul, representá-lo, perante a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul.

Ibirubá/RS, 14 de janeiro de 2021.

TABELIONATO  
IBIRUBÁ

*Amanda Kogler*  
AMANDA KOGLER

## Autenticação:

**TABELIONATO DE NOTAS DE IBIRUBÁ - RS**  
Rua Getúlio Vargas, 800 - Loja 1 - Fone / Fax: (54) 3324-1494  
Tabelião: Paulo Roberto Hanel

Reconheço AUTENTICA a firma de AMANDA KOGLER, indicada com a seta de uso deste Tabelionato. Dou fé. Ibirubá, quarta-feira, 27 de janeiro de 2021.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
Natalia Sartori - Escrevente Autorizada  
Eml: R\$ 5,30 + Selo digital: R\$ 1,40 0279.01.2000004.07477

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASCUNHAS

- O Reconhecimento da firma do representante legal da Outorgante junto ao Tabelionato de Notas será somente por autenticidade.







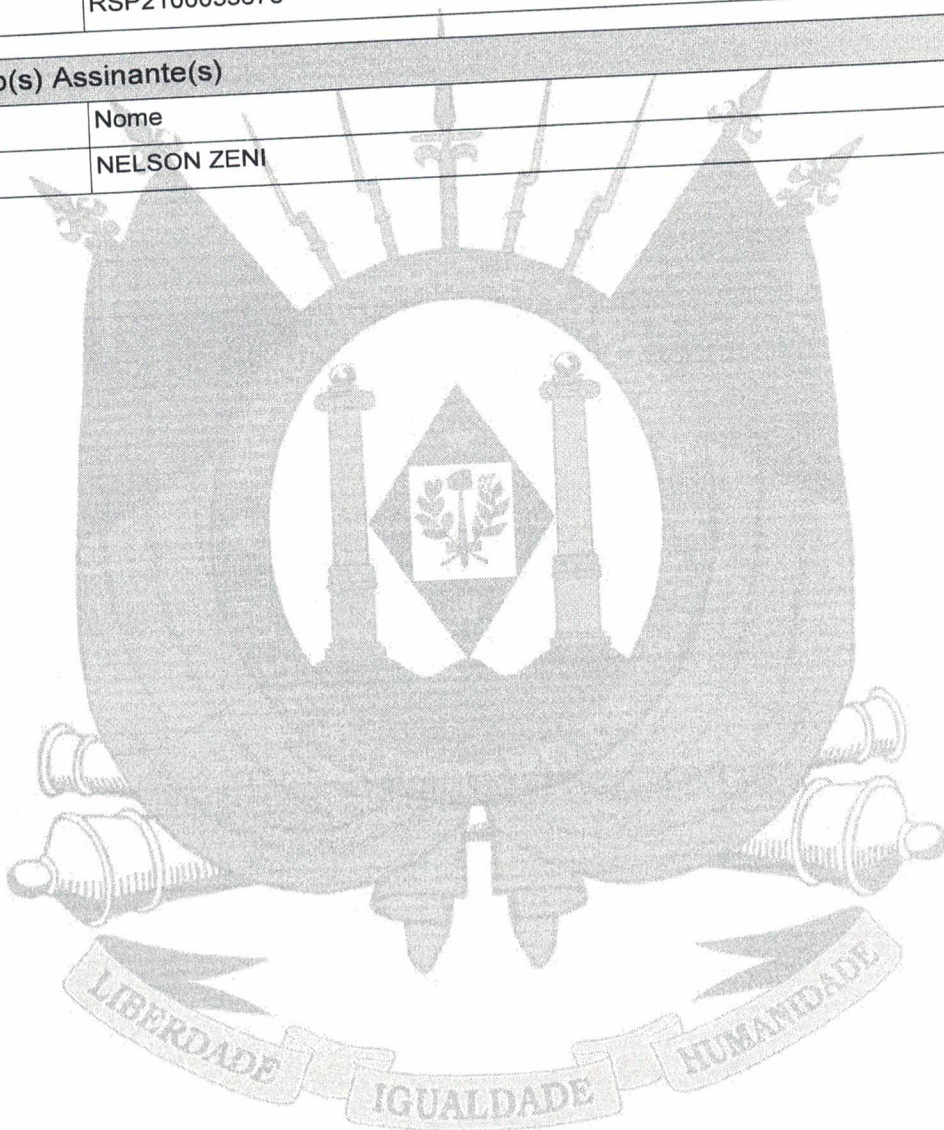
# JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/033.328-6	RSP2100033678	28/01/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
142.642.420-53	NELSON ZENI



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul





## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE:

JOÃO VITOR PAGOTTO, brasileiro, Engenheiro Eletrecista, solteiro, maior, nascido em 23/11/1997, nº do CPF 032.740.680-12, documento de identidade 3101229171, SSP, RS, com domicílio a Rua Santo Marchetto, 284, Apto 102, Centro, Marau-RS, CEP 99.150-000.

### OUTORGADO:

NELSON ZENI, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, advogado, nascido em 17/10/1951, portador do RG nº 8033240212 – SSP/RS, CPF 142.642.420-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, 701, Centro, Ibirubá-RS, CEP 98200-000.

### PODERES:

Por este instrumento particular, o **OUTORGANTE** constitui procurador o **OUTORGADO**, a quem confere poderes específicos para proceder todos os tipos de alteração em empresário individual, sociedade limitada e empresa individual de responsabilidade limitada tais como, ingressar, admitir e retirar sócio(s), titular de EIRELI, subscrever e integralizar capital social, nomear administrador sócio ou não sócio, ceder, adquirir, comprar, vender e transferir quotas sociais a título gratuito ou oneroso para si (se for o caso) ou para terceiros, dar quitação, alterar titularidade de empresa individual de responsabilidade limitada, aumentar capital social, integralizar qualquer tipo de bem móvel ou imóvel, reduzir capital social, alterar objeto social, alterar endereço de empresa, proceder abertura, alteração e extinção de filial, alterar nome empresarial, reativar empresa, consolidar contrato social e ato constitutivo de EIRELI, declarar para fins de desimpedimento para exercício da administração conforme Art. 1.011, § 1º CC/2002 e enquadramento de porte de micro ou pequena empresa, declarar que não participa de outra empresa individual de responsabilidade limitada, transformação de natureza jurídica, liquidar e extinguir empresa, prestar compromisso de guarda de livros e documentos, indicar responsável pelo ativo e passivo porventura remanescentes, declarar, converter sociedade empresária em sociedade civil, promover cisão, incorporação e fusão, rerratificar, assinar outorga conjugal, representar em atas e deliberações de empresas e sociedades de que seja sócio, bem como assinar física ou digitalmente por meio de certificação digital os respectivos atos e outros documentos necessários à efetivação do ato a ser apresentado a arquivamento na Junta Comercial Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul, assinar livros e arquivamento de livros na Junta Comercial, Industrial e de Serviços do Rio Grande do Sul, representá-lo, perante a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul.

Ibirubá/RS, 14 de  
janeiro de 2021.



MARAU

DE NOTAS  
PESSOAS NATURAIS  
RS - Fone (54) 3342-1498  
Rua de Oliveira  
Bairro Centro

Autenticação:

JOÃO VITOR PAGOTTO

TABELIONATO DE NOTAS - MARAU - RS  
Av. Júlio Borella, n.º 894 - Bairro Centro - Fone (54) 3342-1498  
Esp. José Roberto Teixeira de Oliveira

Colégio  
Notarial  
do Brasil



Reconheço por **AUTENTICIDADE** a assinatura de:  
**JOÃO VITOR PAGOTTO**, indicada pela seta usual.  
**EM TESTEMUNHO DA VERDADE**  
Marau, 27 de janeiro de 2021  
Tanise Simone Bassi - 3ª Substituta  
Emol: R\$ 5,30 + Selo digital: R\$ 1,40  
0364.01.2000002.04715

- O Reconhecimento da firma do representante legal da Outorgante junto ao Tabelionato de Notas será somente por autenticidade.



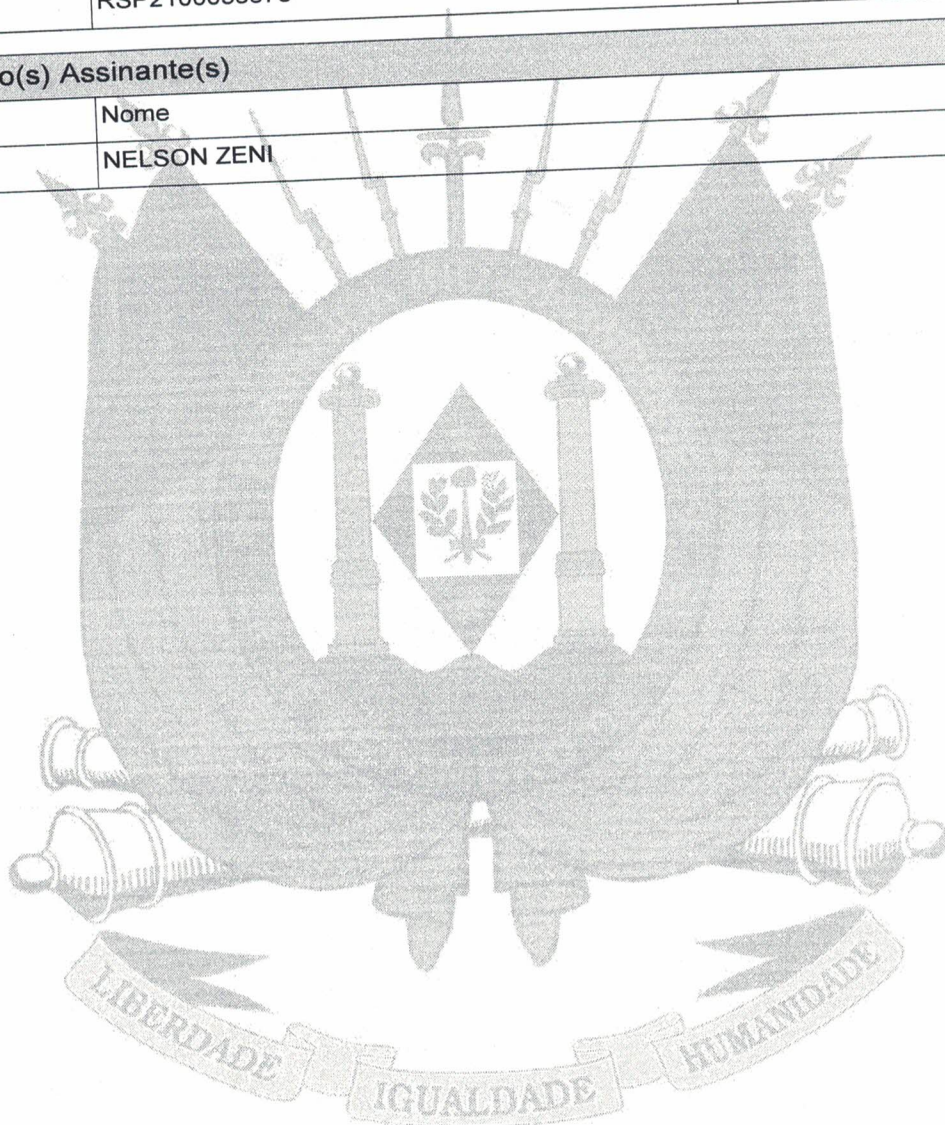
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO  
RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/033.328-6	RSP2100033678	28/01/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
142.642.420-53	NELSON ZENI



## DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS REGISTRO DIGITAL

Eu, **NELSON ZENI**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, advogado, data de nascimento 17/10/1951 RG n.º 8033240212 SSP/RS, CPF. N.º 142.642.420.53, residente na Rua Tiradentes, 701, Centro, na cidade de Ibirubá/RS, CEP 98200-000,0 **DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI,** que os documentos apresentados digitalizados, sem possibilidade de validação digital, ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial **SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.**

Ibirubá/RS, 14 de janeiro de 2021.

---

**NELSON ZENI**

*Assinado digitalmente por certificação A3*





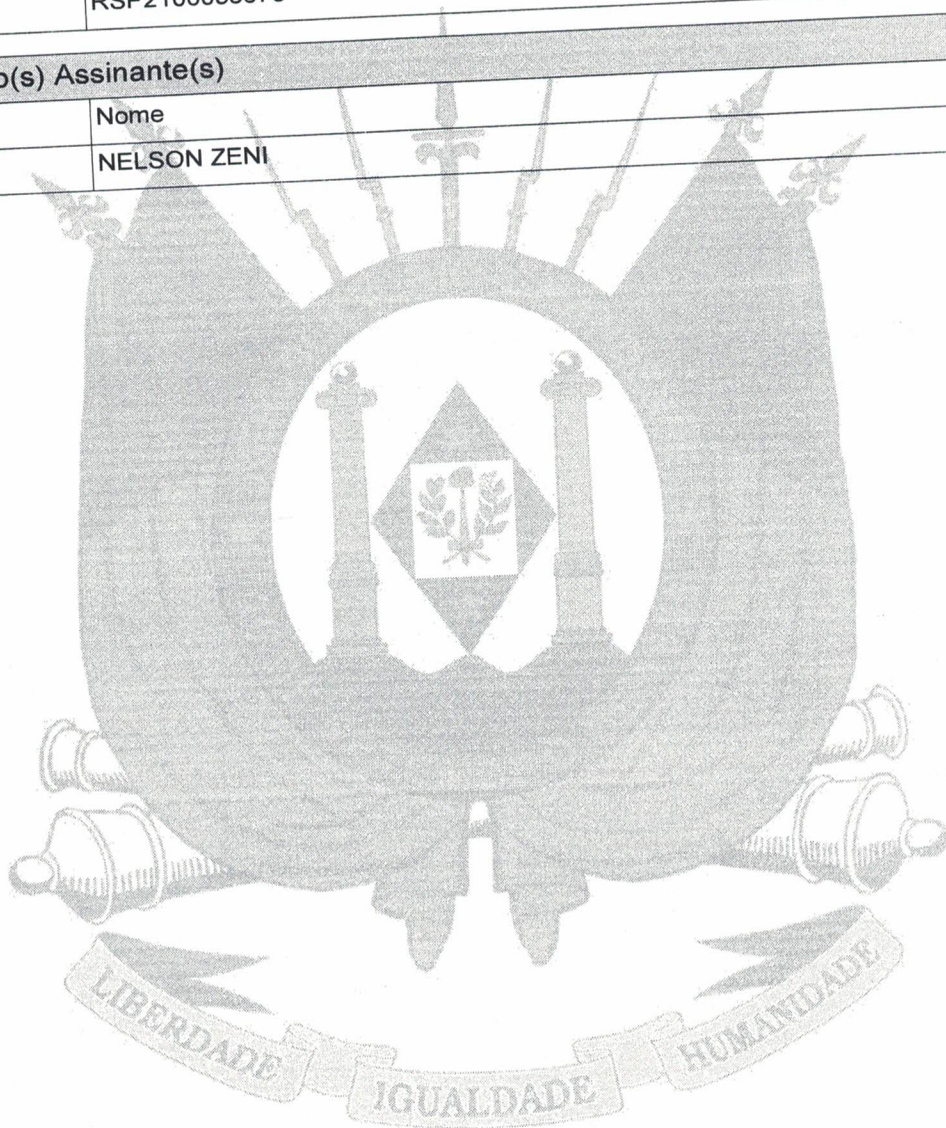
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO  
RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/033.328-6	RSP2100033678	28/01/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
142.642.420-53	NELSON ZENI







Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo  
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, de CNPJ 33.567.094/0001-34 e protocolado sob o número 21/033.328-6 em 28/01/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 43208904536, em 10/02/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Marcia Gonzalez Somensi.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
142.642.420-53	NELSON ZENI

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
142.642.420-53	NELSON ZENI

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
142.642.420-53	NELSON ZENI

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
142.642.420-53	NELSON ZENI

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
142.642.420-53	NELSON ZENI

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
142.642.420-53	NELSON ZENI

Porto Alegre, quarta-feira, 10 de fevereiro de 2021



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisrs informando o número do protocolo 21/033.328-6.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43208904536 em 10/02/2021 da Empresa MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 33567094000134 e protocolo 210333286 - 28/01/2021. Autenticação: 36D118DD196AC71E81B10828512C767BD38F96. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/033.328-6 e o código de segurança r7Fq Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/02/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves  
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 19/21





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
 Governo do Estado do Rio Grande do Sul  
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo  
 Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Documento assinado eletronicamente por Marcia Gonzalez Somensi, Servidor(a) Público(a), em 10/02/2021, às 15:34 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da Jucisrs informando o número do protocolo 21/033.328-6.







JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO  
RIO GRANDE DO SUL  
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

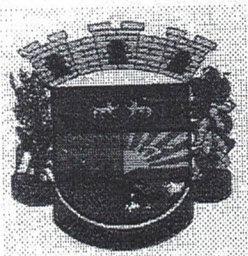
Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
193.107.810-68	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES



Porto Alegre. quarta-feira, 10 de fevereiro de 2021







REFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES  
CAMPOS BORGES/RS

# **PROTOCOLO**

**Data:** 26/05/2022 13:47:07

**Processo:** 235/2022

Visto

## **REQUERIMENTO**

**Requerente:** ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA

**CPF/CNPJ:** 33.024.681/0001-87

**Telefone:** (54)99524-0898

**E-Mail:** dahmer@energizzo.com.br

**Endereço:** RUA VICENTE PALOTTI

**Bairro:** CENTRO

**Cidade:** CAMPOS BORGES

**CCP:** 16824

**Identidade:**

**Celular:** (54) 9524-0898

**Número:** 239

**CEP:** 99.435-000

**Estado:** RS

**Representante:** LAISE GONÇALVES DOEBBER

**CPF/CNPJ:** 017.421.130-95

**Telefone:** (54) 3326-1253

**E-Mail:**

**Endereço:** RUA VICENTE PALOTTI

**Bairro:** CENTRO

**Cidade:** CAMPOS BORGES

**Identidade:** 7102877904

**Celular:** (54) 9112-9200

**Número:** 466

**CEP:** 99.435-000

**Estado:** RS

**Setor Destino:** GABINETE

**Assunto:** PEDIDO DE RECURSOS

**Descrição do Assunto:**

Vem por meio deste apresentar recurso ao Processo de Licitação nº 066/2022 e Tomada de Preços 07/2022, conforme documentação em anexo.

N. Termos

P. Deferimento

CAMPOS BORGES/RS, 26 de maio de 2022

LAISE GONÇALVES DOEBBER  
017.421.130-95

*Encaminhado para o  
Setor jurídico para análise*

26105122

Andrej Scherer Pereira

CPF: 038.249.130-03

Secretário Municipal de

Administração e Planejamento

Administração e Planejamento  
Secretaria Municipal de  
CPF: 038.249.130-03  
Andrej Scherer Pereira

**Endereço Online:**

**Código de Verificação:** Q260-2PON



**ILUSTRÍSSIMA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE  
LICITAÇÃO E EXCELENTÍSSIMA SENHORA  
PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS BORGES, RS.**

**OBJETO: RECURSO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 066/2022  
TOMADA DE PREÇOS Nº: 7/2022**

**ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS  
LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob  
o nº 33.024.681/0001-87, com sede na Rua Vicente Palotti, nº  
239, Bairro Centro, na cidade de Campos Borges, RS, CEP  
99.435-000, neste ato representada pelo empresário  
**ANDERSON LUIS DAHMER**, brasileiro, solteiro, inscrito no  
CPF sob o nº 017.847.250-64, portador do RG nº 3077565392,  
residente e domiciliado na Rua Alfeu Trombetta, nº 65, Bairro  
Centro, na cidade de Campos Borges, RS, CEP 99.435-000,  
vem respeitosamente, através de seus procuradores, propor o  
presente

**RECURSO ADMINISTRATIVO DE  
JULGAMENTO DE PROPOSTA**

com fundamento no art. 109, inc. I, alínea “b”, da Lei nº  
8.666/93, e item “9.” e seguintes do Edital de Licitação,  
pelos fatos e fundamentos seguintes:

**1 – DOS FATOS E FUNDAMENTOS:**

Primeiramente, destaca-se que a parte recorrente foi  
devidamente habilitada no Processo de Licitação nº 066/2022 e Tomada de Preços  
nº 7/2022, referente à **“Contratação de pessoa jurídica, sob o regime de  
empreitada global, na construção de subestação de media tensão de**

AD.



112,5 KVA, rede de baixa tensão (BT) na parte interna do parque grapiá e na iluminação da cancha de laço, localizado entre as Ruas Nativides de Moraes e Ipiranga, na cidade de Campos Borges/ RS, a ser realizado através de convênio com a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEL, Programa Ilumina RS, conforme processo nº. 22/2900-0000018-1, com fornecimento de materiais e mão de obra”.

Em 19 de maio de 2022, no ato de abertura dos envelopes das propostas pela comissão de licitação, verificou-se pela recorrente que a empresa “JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA”, pela ordem do item “7.3.5.” do Edital de Licitação, não apresentou a “Planilha de orçamento discriminado” devidamente assinada pelo responsável técnico (alínea “a”), não calculou corretamente as porcentagens do “Cronograma físico-financeiro” (alínea “b”), não apresentou a comprovação do “Preço total do material e o preço total da mão de obra do objeto licitado” (alínea “c”), não apresentou a “Planilha de composição do BDI” (alínea “e”) e não apresentou a “Planilha de composição dos encargos sociais” (alínea “f”).

#### DA PLANILHA DE ORÇAMENTO DISCRIMINADO

A recorrida “JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA” não apresentou a “Planilha de orçamento discriminado” devidamente assinada pelo responsável técnico (alínea “a” do item “7.3.5.”), conforme se comprova abaixo:

TABELA ORÇAMENTÁRIA 1.

Campos Borges-RS, 15 de Maio de 2022.

**CB SOLAR & ENERGIA**  
JMV COMÉRCIO DE PLACAS SOLARES LTDA.  
CNPJ: 31 304 628/0001-04 - I.E.: 256/0005977  
Rua Padre Juliano Noal, 55 - Sala 4  
Centro - CEP 99435-000  
CAMPOS BORGES - RS

JMV COMERCIO DE PLACAS SOLARES LTDA  
CNPJ: 31.304.628/0001-04


Não se verifica a assinatura do Responsável Técnico.

O orçamento das obras e/ou serviços, inclusive e especialmente os públicos, deve fazer parte do Edital de Licitação nos termos do que prevê o art. 40, §2.º, inc. II da Lei Federal n.º 8.666/93:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...] § 2.º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; Considerando a obrigatoriedade prevista em Lei, deve-se buscar a forma legal para sua apresentação.

A legislação do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Confea, através da Lei Federal n.º 5.194/66, prevê expressamente que o orçamento deve estar devidamente assinado pelo Profissional responsável:

Art. 13 - Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de Engenharia, de Arquitetura e de Agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com esta Lei.

Art. 14 - Nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória, além da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma a que interessarem, a menção explícita do título do profissional que os subscrever e do número da carteira referida no Art. 56.

Art. 15 - São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da Engenharia, Arquitetura ou da Agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos desta Lei. (sem grifo no original).

Assim, ausente requisito obrigatório e insanável para o devido processamento licitatório, entende-se que a infração caracteriza a desclassificação da proposta recorrida.

#### DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

A empresa recorrida calculou incorretamente as porcentagens do “Cronograma físico-financeiro” (alínea “b” do item “7.3.5.”), eis que em dissonância com a planilha de orçamento das obras e serviços, conforme segue:

AD.



# 1. TABELA DE CRONOGRAMA

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

VALOR TOTAL R\$ **R\$ 179.226,70**

**EMPREENHAMENTO:** Projeto de Rede e Subestação do Parque de Exposições  
 Razão Social: JMV COMERCIO DE PLACAS SOLARES LTDA  
 Nome Fantasia: CB SOLAR & ENERGIA  
 CNPJ: 31.304.628/0001-04  
 I.E.: 256/0005977

Item	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	Peso %	Valor das Obras e Serviços (R\$)	ETAPA 1		ETAPA 2	
				%	R\$	%	R\$
1	SUBESTAÇÃO AÉREA 112,5KVA	35,93%	R\$ 60.721,62	100,00%	R\$ 60.721,62	100,00%	R\$ 0,00
2	REDE DE BT COM C.A. DE FORÇA E ILUMINAÇÃO	49,17%	R\$ 89.492,04	50,00%	R\$ 44.746,02	100,00%	R\$ 44.746,02
3	ILUMINAÇÃO CANCHA DE LAÇO	17,89%	R\$ 29.013,04	0,00%	R\$ 0,00	100,00%	R\$ 29.013,04
TOTAL	ACUMULADO	100%	R\$ 179.226,70	50,00%	R\$ 105.467,64	50,00%	R\$ 73.759,06
	SIMPLES	100%	R\$ 179.226,70	50,00%	R\$ 105.467,64	100,00%	R\$ 179.226,70

Obs: Após a emissão da Ordem Inicial de Serviços deve ser dado um prazo de até 30 dias para o início das obras, tempo necessário para a fabricação da estrutura pre-moldada.

Campos Borges/RS, 29 de Novembro de 2021.

**JMV COMERCIO DE PLACAS SOLARES LTDA**  
 Município de Campos Borges  
 CNPJ: 31.304.628/0001-04

**Eng. Eletricista - CREABR - AN26612**

Campos Borges-RS, 29 de Novembro de 2021.

**CB SOLAR & ENERGIA**  
 JMV COMERCIO DE PLACAS SOLARES LTDA  
 CNPJ: 31.304.628/0001-04 - I.E.: 256/0005977  
 Rua Padre Julião Noal, 55 - Sala 4  
 Centro - CEP 99435-000  
 CAMPOS BORGES - RS

**JMV COMERCIO DE PLACAS SOLARES LTDA**  
 CNPJ: 31.304.628/0001-04

Os valores das porcentagens (peso) não correspondem ao valor dos produtos considerando o valor total do orçamento. A porcentagem correta do "item 1" é de 33,87% considerando o preço de R\$ 60.721,62. O peso correto do "item 2" deveria ser de 49,93% considerando o valor de R\$ 89.492,04. Por fim, a porcentagem verdadeira do "item 3" é de 16,18% do valor de R\$ 29.013,04.

Assim, por erro insanável, o cronograma físico-financeiro está incorreto e consequente deve ser desclassificada a proposta da empresa "JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA".

DO PREÇO TOTAL DO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA

AD

A empresa "JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA" não apresentou a comprovação do "Preço total do material e o preço total da mão de obra do objeto licitado" (alínea "c" do item "7.3.5.").

A proposta apresentada não contempla de forma discriminada e clara o preço total do material e o preço total da mão-de-obra necessários para a execução das obras e serviços licitados, e também a sua respectiva soma, conforme se percebe de todos os documentos apresentados pela recorrida.

Sendo assim, ausente documento (cálculo) imprescindível, a desclassificação da empresa recorrida é a medida que se impõe.

### DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

A apresentação em separado da "Planilha de composição do BDI" é obrigatória (alínea "f" do item "7.3.5."), e a recorrida apenas tirou uma cópia das orientações expedidas no Edital de Licitação, conforme se percebe abaixo:

Nº do contrato:		Projeto de Rede e Subestação do Parque de Exposições	
Tomador:		Prefeitura Municipal de Campos Borges	
Município:		Campos Borges	

Em atenção ao estabelecido pelo Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário reformamos a orientação e indicamos a utilização dos seguintes parâmetros para taxas de BDI:

Tipo de obra:	Construção de edifícios	Obras que se enquadram no tipo escolhido:	
Selecione o CNAE que representa a atividade de maior receita da empresa:	4120-4 - Construção de edifícios	Para o tipo de obra "Construção de Edifícios" enquadram-se: a construção e reforma de: edifícios, unidades habitacionais, escolas, hospitais, hotéis, restaurantes, armazéns e depósitos, edifícios para uso agropecuário, estações para trem e metrô, edifícios para uso agropecuário e quadras cobertas, metropolitanos, estádios esportivos e de passageiros (em aeroportos, rodoviárias, portos, etc.), penitenciárias e presídios, a construção de edifícios industriais (fábricas, oficinas, galpões industriais, etc.), conforme classificação 4120-4 do CNAE 2.0. Também enquadram-se portões, mirantes e outros edifícios de finalidade turística.	
Pelo CNAE da empresa, será utilizado o SINAPI:	DESONERADO		
BDI ABAIXO PODE SER ACEITO	OK		
24,93%			
Parâmetro		%	Verificação
Administração Central		3,00%	OK
Min: 3,00% Máx: 5,50%			
Seguros e Garantias		0,80%	OK
Min: 0,80% Máx: 1,00%			
Riscos		0,97%	OK
Min: 0,97% Máx: 1,27%			
Despesas Financeiras		0,59%	OK
Min: 0,59% Máx: 1,39%			
Lucro		7,10%	OK
Min: 6,16% Máx: 8,96%			
Impostos: PIS		0,65%	OK
Impostos: COFINS		3,00%	OK
Impostos: ISS (mun.)		4,00%	OK
Regime de desoneração (2%)		2,00%	OK

OBSERVAÇÕES

Os percentuais de impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente.

Apresentar declaração informando o percentual de ISS incidente sobre esta obra, considerando a base de cálculo prevista na legislação municipal.

As tabelas que apresentam os limites foram construídas sem considerar a desoneração sobre a folha de pagamento prevista na Lei nº 12.844/2013. Caso o CNAE da empresa indique que a mesma deve considerar a contribuição previdenciária sobre a receita bruta, será somada a alíquota de 2% no item impostos.

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G + L + DF + I + L) - 1}{(1 - I)}$$

onde:

- AC: taxa de administração central
- S: taxa de seguros
- R: taxa de riscos
- G: taxa de garantias
- DF: taxa de despesas financeiras
- L: taxa de lucro/remuneração
- I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS)

Campos Borges, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

MAYKON SBRUZZI  
Engenheiro Eletricista  
Técnico em Eletromecânica  
CREA-RS AM26612

Nome legível e assinatura do responsável técnico pelo orçamento  
(Prefeitura Municipal)

Nome legível e assinatura do responsável técnico pelo orçamento  
(empresa vencedora do certame)

**CB SOLAR & ENERGIA**  
JMV COMÉRCIO DE PLACAS SOLARES LTDA.  
CNPJ: 31 304 928/0001-04 - I.E.: 258/0005977  
Rua Padre Julião Nobil, 55 - Sala 4  
Centro - CEP 99435-000  
CAMPOS BORGES - RS



Excelência, BDI é a sigla de “Budget Difference Income”, que significa Benefícios e Despesas Indiretas (também designado por Bonificação). Consiste em um elemento que compõe um orçamento, normalmente alcançado através de taxas que incidem sobre o custo do empreendimento definindo o custo total.

Assim, BDI é uma taxa que se adiciona ao custo de uma obra para cobrir as despesas indiretas que tem o construtor, mais o risco do empreendimento, as despesas financeiras incorridas, os tributos incidentes na operação, eventuais despesas de comercialização, o lucro do empreendedor e o seu resultado é fruto de uma operação matemática baseados em dados objetivos envolvidos em cada obra.

De acordo com as disposições do Decreto nº 7.983/2013, é obrigatório a elaboração de orçamento de referência de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.  
Vejamos:

Art. 1º Este Decreto estabelece regras e critérios a serem seguidos por órgãos e entidades da administração pública federal para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

Parágrafo único. Este Decreto tem por finalidade padronizar a metodologia para elaboração do orçamento de referência e estabelecer parâmetros para o controle da aplicação dos recursos referidos no **caput**.

Art. 16. Para a realização de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, os órgãos e entidades da administração pública federal somente poderão celebrar convênios, contratos de repasse, termos de compromisso ou instrumentos congêneres que contenham cláusula que obrigue o beneficiário ao cumprimento das normas deste Decreto nas licitações que realizar para a contratação de obras ou serviços de engenharia com os recursos transferidos.

§ 1º A comprovação do cumprimento do disposto no **caput** será realizada mediante declaração do representante legal do órgão ou entidade responsável pela licitação, que deverá ser encaminhada ao órgão ou entidade concedente após a homologação da licitação.

2º A documentação de que trata o § 1º será encaminhada à instituição financeira mandatária, quando houver.

Ou seja, a apresentação do BDI decorre de normativo federal e imprescindivelmente deverá integrar a formação do orçamento, seguindo as instruções do normativo acima e de acordo com as disposições do sistema SINAPI/CEF.

A Lei 8.666/93 prevê expressamente em seu artigo 3º:

12

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao *instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos*.

Na sequência, verifica-se que a Lei de Licitações possui regramento claro e objetivo com relação aos certames que regula:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

[...]

IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

[...]

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

[...]

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

Para evitar dúvidas, entendemos que é claro e objetivo o entendimento uniformizado pelo Tribunal de Contas da União em sua Súmula nº 258:

As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicada mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

Ausente o detalhamento do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas, no orçamento da empresa “JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA”, deverá ser desclassificada a proposta apresentada, em razão da flagrante contrariedade as disposições do Decreto nº 7.983/2013.

#### DA PLANILHA COMPOS. DOS ENCARGOS SOCIAIS

A apresentação da “Planilha de composição dos encargos sociais” (alínea “f” do item “7.3.5.”) também é obrigatória e decorre de Lei.

AD.



No caso, a empresa recorrida apenas tirou uma cópia e assinou as orientações expedidas no Edital de Licitação, conforme se percebe abaixo:

ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS - GRUPO A - MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENA	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,91%	Não incide	17,91%	Não incide
B2	Feriados	4,24%	Não incide	4,24%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,91%	0,69%	0,91%	0,69%
B4	13º Salário	10,89%	8,33%	10,89%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,08%	0,06%	0,08%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,36%	Não incide	1,36%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,12%	0,09%	0,12%	0,09%
B9	Férias Gozadas	9,54%	7,30%	9,54%	7,30%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
B	Total	45,81%	17,05%	45,81%	17,05%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,46%	4,18%	5,46%	4,18%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,10%	0,13%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	3,68%	2,82%	3,68%	2,82%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	4,53%	3,47%	4,53%	3,47%
C5	Indenização Adicional	0,46%	0,35%	0,46%	0,35%
C	Total	14,26%	10,92%	14,26%	10,92%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,70%	2,86%	16,86%	6,27%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,46%	0,35%	0,48%	0,37%
D	Total	8,16%	3,21%	17,34%	6,64%

**CB SOLAR & ENERGIA**  
 COMÉRCIO DE PLACAS SOLARES LTDA.  
 CNPJ: 31.304.628/0001-04 - I.E.: 256/0005977  
 Rua Padre Juliano Noal, 55 - Sala 4  
 Centro - CEP 99435-000  
 CAMPOS BORGES - RS

MAYKON SBRUZZI  
 Engenheiro Eletricista  
 Técnico em Eletromecânica  
 CREA-RS AM26612

Nesse norte, ausente a discriminação especificada da composição dos encargos sociais devidos por ocasião da contratação e execução da obra, entende-se que por mais esse motivo deve ser desclassificada a proposta.

## 2 - DOS PEDIDOS:

Diante do exposto, REQUER:

a) que seja recebido o presente recurso administrativo de proposta, determinando o regular processamento;

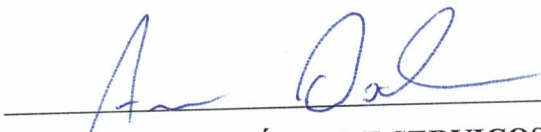
A.D.

b) que, ao final, seja o pedido julgado totalmente procedente, com a reconsideração da comissão de licitante ou através da autoridade superior, para que seja desclassificada a proposta da empresa “JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA”;

c) que seja deferido o direito de prova do alegado por todos os meios em direito admitidos, quer sejam, documentais e, especialmente periciais; e,  
Nestes termos, pede deferimento.

Campos Borges, RS, 25 de maio de 2022.

**Anderson Luís Dahmer**  
CPF: 017.847.250-64



---

**ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA**  
**CNPJ 33.024.681/0001-87**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

### NOTIFICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitações, representado no ato por sua Presidente Sra. **ADRIANA PETRI DA COSTA**, nomeada pela Portaria nº. 11.806, de 08 de abril de 2022, **NOTIFICA** a empresa **JMV COMERCIO DE PLACAS E SOLARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 31.304.628/0001-04, para que se manifeste com relação a **DEFESA do RECURSO ADMINISTRATIVO da empresa MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 33.567.094/0001-34, protocolado sob o nº. 228/2022, lhe concedendo o prazo de **05 dias uteis**, a contar da data da intimação, para se manifestar, de acordo com o artigo 109, da lei 8.666/93.

**Art. 109.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

**I** - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- ~~e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;~~  
(Revogado)

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;  
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

**II** - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

**III** - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

**Segue em anexo a presente NOTIFICAÇÃO, o pedido de IMPUGNAÇÃO da empresa MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.**

Campos Borges, 31 de maio de 2022.

**ADRIANA PETRI DA COSTA**  
Presidente da CPL

RECEBI EM:

31/05/22

**JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA**  
CNPJ nº. 31.034.628/0001-04

*Respeito, trabalho e compromisso com o povo.*

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

### NOTIFICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitações, representado no ato por sua Presidente Sra. **ADRIANA PETRI DA COSTA**, nomeada pela Portaria nº. 11.806, de 08 de abril de 2022, **NOTIFICA** a empresa **JMV COMERCIO DE PLACAS E SOLARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 31.304.628/0001-04, para que se manifeste com relação a **DEFESA do RECURSO ADMINISTRATIVO da empresa ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 33.024.681/0001-87, protocolado sob o nº. 235/2022, lhe concedendo o prazo de **05 dias úteis**, a contar da data da intimação, para se manifestar, de acordo com o artigo 109, da lei 8.666/93.

**Art. 109.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

**I** - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) ~~rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;~~  
(Revogado)
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;  
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

**II** - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

**III** - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

**Segue em anexo a presente NOTIFICAÇÃO, o pedido de IMPUGNAÇÃO da empresa ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA.**

Campos Borges, 31 de maio de 2022.

  
**ADRIANA PETRI DA COSTA**  
Presidente da CPL

RECEBI EM:

31/05/22

  
**JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA**  
CNPJ nº. 31.034.628/0001-04

Respeito, trabalho e compromisso com o povo.

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

### NOTIFICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitações, representado no ato por sua Presidente Sra. **ADRIANA PETRI DA COSTA**, nomeada pela Portaria nº. 11.806, de 08 de abril de 2022, **NOTIFICA** a empresa **ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 33.024.681/0001-87, para que se manifeste com relação a **DEFESA do RECURSO ADMINISTRATIVO da empresa MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 33.567.094/0001-34, protocolado sob o nº. 228/2022, lhe concedendo o prazo de **05 dias úteis**, a contar da data da intimação, para se manifestar, de acordo com o artigo 109, da lei 8.666/93.

**Art. 109.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

**I** - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) ~~rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;~~  
(Revogado)
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;  
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

**II** - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

**III** - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

**Segue em anexo a presente NOTIFICAÇÃO, o pedido de IMPUGNAÇÃO da empresa MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.**

Campos Borges, 31 de maio de 2022.

  
**ADRIANA PETRI DA COSTA**  
Presidente da CPL

RECEBI EM:

31/05/22

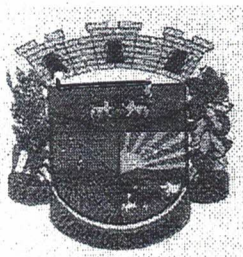
**Anderson Luís Dahmer**  
CPF: 017.847.250-64

**ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA**  
CNPJ nº. 33.024.681/0001-87

*Respeito, trabalho e compromisso com o povo.*

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br





REFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES  
CAMPOS BORGES/RS

**PROTOCOLO**

**Data:** 06/06/2022 10:43:46

**Processo:** 252/2022

*Card Plus*

Visto

**REQUERIMENTO**

**Requerente:** JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA

**CPF/CNPJ:** 31.304.628/0001-04

**Telefone:** (54) 3326-1024

**E-Mail:** [cbnet@cbnet.inf.br](mailto:cbnet@cbnet.inf.br)

**Endereço:** RUA PADRE JULIANO NOAL

**Bairro:** CENTRO

**Cidade:** CAMPOS BORGES

**CCP:** 16239

**Identidade:**

**Celular:**

**Número:** 55

**CEP:** 99.435-000

**Estado:** RS

**Representante:** MAIQUEL RIBEIRO

**CPF/CNPJ:** 008.992.680-30

**Telefone:**

**E-Mail:**

**Endereço:** RUA VICENTE PALOTTI

**Bairro:** CENTRO

**Cidade:** CAMPOS BORGES

**Identidade:**

**Celular:** ( ) 9614-6887

**Número:** 251

**CEP:** 99.435-000

**Estado:** RS

**Setor Destino:** GABINETE

**Assunto:** RECURSO

**Descrição do Assunto:**

DEM ATRAVÉS DESTA, APRESENTAR AS CONTRARRAÇÕES DO RECURSO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXOS:

N. Termos

P. Deferimento

CAMPOS BORGES/RS, 06 de junho de 2022

*(Signature)*

MAIQUEL RIBEIRO  
008.992.680-30

*Em anexo para o  
Setor jurídico para  
parecer. 06/06/22*

**Andrei Scherer Pereira**  
CPF: 838.249.130-03  
Secretário Municipal de  
Administração e Planejamento



**A EXCELENTÍSSIMA PRESIDENTE DA COMISSAO DE LICITACOES DO MUNICIPIO DE CAMPOS BORGES.**

**Ref.: Tomada de Preços 007/2022 — Processo Licitatório nº 066/2022**

**Recurso – CONTRARRAZOES A EMPRESA MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**

**JMV COMERCIO DE PLACAS SOLARES LTDA**, pessoa juridica de direito publico interno, inscrita no CNPJ sob nº. 31.304.628/0001-04, com sede a Rua Padre Juliano Noal 55, centro, na cidade de Campos Borges/ RS, representado no ato por seu sócio administrador Sr. **MAIQUEL RIBEIRO**, inscrito no CPF sob nº. 008.992.680-30, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Vicente Palotti, centro, na cidade de Campos Borges/RS, **VEM POR MEIO DESTES**, apresentar as contrarrazoas do recurso apresentado pela empresa **MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, protocolado sob nº. 228/2022.

Foi recebido na data de 31 de maio de 2021, uma **NOTIFICAÇÃO** expedida pelo Municipio de Campos Borges/ RS, com relação ao recurso da empresa **MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, pessoa juridica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.567.094/0001-34, com sede a Rua 03 de outubro, 1270, bairro centro, na cidade de Ibirubá/ RS.

A referida empresa contesta a vitória no certame licitatorio de nossa empresa, com relação ao Processo Licitatorio nº. 066/2022, Tomada de Preços nº. 007/2022, **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, NA CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE MEDIA TENSAO DE 112,5 KVA, REDE DE BAIXA TENSAO (BT) NA PARTE**



INTERNA DO PARQUE GRAPIA E NA ILUMINAÇÃO DA CANCHA DE LAÇO, LOCALIZADO ENTRE AS RUAS NATIVIDES DE MORAES E IPIRANGA, NA CIDADE DE CAMPOS BORGES/ RS, A SER REALIZADO ATRAVES DE CONVENIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER – SEL, PROGRAMA ILUMINA RS, CONFORME PROCESSO Nº. 22/2900-0000018-1, sendo que nossa empresa devidamente cadastrada no município, com toda a documentação devidamente pedida no edital de licitação Tomada de Preços nº. 007/2022, cadastrada no dia 04/05/2022, participou do certame licitatório no dia 19/05/2022, sagrando-se vencedora do processo com o menor preço global de **R\$ 179.266,70 (Cento e setenta e nove mil duzentos e sessenta e seis reais e setenta centavos)**, apresentando a menor proposta, com relação a todas as empresas do certame, conforme tabela abaixo, na seguinte classificação:

Nº	EMPRESA PARTICIPANTE/ HABILITADA	VALOR
<u>01</u>	<b><u>JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA</u></b>	<b><u>R\$ 179.266,70</u></b>
02	ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA	R\$ 192.059,13
03	MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	R\$ 221.338,80
04	RL INSTALAÇÕES ELETRICAS EIRELLI	R\$ 246.967,23
05	INSTALADORA ELETRICA LIDER LTDA	R\$ 260.000,00

Desta forma apresenta-se a proposta vencedora e mais vantajosa do processo licitatorio de nossa empresa, sendo que se apresentara a serguir as **CONTRARRAZÕES** do pedido de **IMPUGNAÇÃO** da empresa **MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, de acordo com o art 109, da Lei 8.666-93, o qual traz a seguinte redação:

**Art. 109.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

**I** - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:



- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
  - b) julgamento das propostas;
  - c) anulação ou revogação da licitação;
  - d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
  - e) ~~rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;~~  
(Revogado)
  - e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;  
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
  - f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;
- II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;
- III - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

## **1. DAS CONTRARRAZÕES DO PEDIDO DA EMPRESA MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**

### **1.1 – DO DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO JURÍDICA (SUBITEM 6.1)**

A empresa recorrente, afirma que o **SÓCIO ADMINISTRADOR** Sr. **MAIQUEL RIBEIRO**, e o responsável único pelas ações da empresa **JMV COMERCIO DE PLACAS SOLARES LTDA**, de acordo com o contrato social da empresa, porém os índices de balanço apresentados estão com a assinatura do contador da empresa Sr. **ADAO ARI SCHERER**, o qual foi assinado em 22 de abril de 2022 e o Registro do Balanço da Empresa foi realizado em 20 de abril de 2022, o qual alega que o Sr. Adao não teria poderes para assinatura de tal documento.

Primeiramente cabe salientar, que a apresentação dos índices do balanço, com os cálculos já apurados era opcional no edital de licitação Tomada de Preços nº. 007/2022,



pois a cláusula **6.2.4 QUALIFICAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA**, letra B, traz a seguinte redação:

“b) Balanço Patrimonial e demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, **com registro na junta comercial**, ou SPED com o recibo de entrega, que comprovem a boa situação financeira da empresa, **com a devida apresentação dos cálculos** cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da seguinte fórmula:”

Desta forma e claro e notório, que o presente edital exigia a apresentação do Balanço Patrimonial da empresa registrado na Junta Comercial, onde os cálculos seriam apurados pela aplicação da formula descrita no edital, ou seja, conferido os índices pela comissão de licitação, sobre a boa saúde financeira da empresa, porem a mesma apresentou como forma de facilitar os trabalhos da comissão, porem os mesmos foram apurados e aceitos pela comissão de licitação.

Salienta-se também, que e **INFUNDADA** o pedido da recorrente, pois o Sr. **ADAO ARI SCHERER** é o responsável legal da empresa para os trabalhos contábeis do mesmo, conforme consta no Contrato Social da Empresa, devidamente Registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, apresentado no cadastro do município para a participação da empresa na licitação, sendo que o mesmo pode assinar os balanços e demais documentos contábeis do mesmo, sendo que o alegado não se faz verdadeiro, pois a procuração do mesmo não e especifica ao balanço e sim para a toda parte contábil da empresa.

Outro fato alegado, e a falta de assinatura do Sócio **MAIQUEL RIBEIRO**, no documento, ora se o Sr. **ADAO ARI SCHERER** e o responsável legal pela documentação contábil da empresa, ora não se faz necessário a assinatura do sócio no mesmo, pois são índices de balanço, documento contábil, o qual deve ser assinado pelo contador da empresa, que também, conforme o aportado no contrato social da empresa o mesmo e o responsável legal pela parte contábil da empresa.

Desta forma, em virtude das contrarrazões apresentadas se requer a **IMPROCEDENCIA** da alegação neste item da empresa **MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**.





## 1.2 ATESTADO DE VISITA EM DESCONFORMIDADE COM AS EXIGENCIAS DO EDITAL, DESCUMPRIMENTO DO SUBITEM 6.2.3 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

A empresa alega que a visita técnica deveria ser realizada pelo engenheiro elétrico da empresa Sr. **MAIKON SBRUZZI**, porem a vistoria foi realizada pelo Sócio da empresa Sr. **JUNIOR BATISTTI**, o qual se salienta que a visita foi realizada pela empresa, conforme **ATESTADO DE VISITA** emitido pelo Engenheiro Civil do Município de Campos Borges/ RS, Sr. **MARCIO VENDRUSCULLO**, se cumprindo o que pedia o edital, sendo que e comum no Município as visitas serem realizadas por proprietário da empresa, não só no Município de Campos Borges como em municípios da região, as visitas são realizadas por representantes das empresas, sendo eles sócios, engenheiros, arquitetos ou representantes legais da empresa, pois o artigo 30, inciso III, da Lei 8.666/93, com relação a Qualificação Técnica traz a seguinte redação.

**Art. 30.** A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

- I** - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- II** - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- III** - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

O Inciso III, descreve com relação ao conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, sendo assim em nenhum local do artigo descreve a obrigatoriedade de ser um engenheiro para fazer a visita no local da obra e sim que a empresa conheça o seu local, alem do mais o documento foi emitido pelo **MUNICIPIO** através de seu engenheiro, sendo assim, não tem como a comissão de licitação desconsiderar um documento que



foi fornecido pelo próprio município, ou seja, a empresa fez a visita e recebeu o atestado, conforme já apresentado, tomando ciência das condições do local da obra.

Desta forma, em virtude das contrarrazões apresentadas se requer a **IMPROCEDENCIA** da alegação neste item da empresa **MIC ENEGNHARIA E CONSULTORIA LTDA.**

### **1.3 DO DESCUMPRIMENTO DO SUBITEM 7.3.5 DO INSTRUMENTO CONVOCATORIO:**

A recorrente alega, que na Planilha Orçamentária, a mesma não foi assinada pelo responsável técnico da empresa e sim pelo seu sócio administrador Sr. **MAIQUEL RIBEIRO**, porem salienta-se que o responsável técnico constante na documentação de cadastro da empresa, assinou toda a proposta da empresa, junto com as planilhas de BDI e Encargos Sociais, a falta de assinatura da planilha orçamentária, sua eliminação seria uma redundância, pois os mesmo assinou todos os demais documentos do **ENVELOPE 02 – PROPOSTA**, sendo que a comissão de licitações aceitou o documento, entendendo que a proposta estava de acordo e cumpria com os requisitos do edital, sendo composta por todos os documentos necessários como **PROPOSTA, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA, BDI e ENCARGOS SOCIAIS**, sendo a assinatura uma mera formalidade que não interfere em nada no bom andamento do processo.

Desta forma, em virtude das contrarrazões apresentadas se requer a **IMPROCEDENCIA** da alegação neste item da empresa **MIC ENEGNHARIA E CONSULTORIA LTDA.**

## **2. DAS CONSIDERAÇÕES E ALEGAÇÕES FINAIS DAS CONTRARRAZOES**

Em virtude do alegado nas contrarrazoes, se pede a **IMPROCEDENCIA** do pedido de recursos da empresa **MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, pois a empresa cumpriu todos os requisitos da habilitação, sendo a mesma devidamente





cadastrada pelo Município, apresentando toda a documentação necessária, juntamente com a apresentação da proposta em conformidade com os requisitos mínimos de legalidade do processo, sendo que o apresentado pelo recorrente em nada atrapalha a contratação da proposta mais vantajosa pelo município, pois não se apresentou nenhum documento faltante, documentos vencidos ou proposta em desconformidade com o edital, apresentando todos os documentos necessários, onde o pedido pela recorrente segue um total formalismo do processo, onde prejudica drasticamente o princípio legal da **ECONOMICIDADE** ao município, de acordo com o artigo 70 da Constituição Federal.

A empresa cumpriu todo o rito do processo, **não foi INABILITADA** em nenhum momento pelo município, cumprindo todos os requisitos, sendo a proposta mais vantajosa e de menor preço aos cofres públicos, com o valor global de **R\$ 179.266,70 (Cento e setenta e nove mil duzentos e sessenta e seis reais e setenta centavos), sendo que a empresa recorrente ficou em 3º. Lugar no certame com o valor de R\$ 221.388,80 (Duzentos e vinte e um mil trezentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos), um valor superior em R\$ 42.122,10 (Quarenta e dois mil cento e vinte e dois reais e dez centavos).**

A base da administração pública, se requer a ampla disputa conforme o descrito na Constituição Federal, com a seguinte redação:

O Estado jamais poderá se afastar do apotegma de que as exigências de qualificação técnica e econômica devem se restringir ao estritamente indispensável para garantia do cumprimento das obrigações (inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal).

O parágrafo único, do art. 5º, do Decreto nº 5.450/05 e o art. 7º do Decreto nº 3.555/00 fazem referência a este princípio. A Administração deve, sempre, decidir em favor da ampla concorrência, tendo em vista que perquire a proposta mais vantajosa. No âmago do administrador deve estar arraigado este princípio. Qualquer conduta que restrinja a competitividade, quando possível, é passível de impugnação pelos interessados, inclusive regra de obrigatoria fiscalização pelos órgãos de controle.



A ampliação da disputa não significa estabelecer quaisquer condições para a disputa, mas, analisar, sempre que possível, a proporcionalidade das exigências para uma dada contratação. Não poderá estabelecer tão somente condições genéricas, até por que cada bem e serviço possui a sua peculiaridade. Mas a exigência demasiada, que figure desproporcional, deve ser rechaçada.

O Embasado legal acima, afirma de forma correta o alegado pela **IMPROCEDENCIA do pedido da empresa MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, pois a empresa **JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES** cumpriu com todos os requisitos do presente edital, devidamente julgado por sua habilitação pela comissão de licitações, sendo vencedora do presente certame licitatório.

*Desta forma se requer a IMPROCEDENCIA do pedido de impugnação da empresa MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA e a consequente HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório, juntamente com a emissão do contrato e ordem de início da obra em favor da empresa vencedora JMV COMERCIO DE PLACAS SOLARES LTDA.*

Campos Borges, 06 de junho de 2022.



**JMV COMERCIO DE PLACAS SOLARES LTDA**

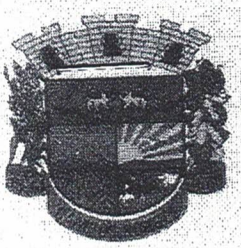
CNPJ nº. 31.304.628/0001-04

**MAIQUEL RIBEIRO**

CPF nº. 008.992.680-30

Sócio/ Administrador





REFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES  
CAMPOS BORGES/RS

**PROTOCOLO**

**Data:** 06/06/2022 10:56:19

**Processo:** 253/2022

*Cardi Jhs*

Visto

**REQUERIMENTO**

**Requerente:** JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA

**CPF/CNPJ:** 31.304.628/0001-04

**Telefone:** (54) 3326-1024

**E-Mail:** [cbnet@cbnet.inf.br](mailto:cbnet@cbnet.inf.br)

**Endereço:** RUA PADRE JULIANO NOAL

**Bairro:** CENTRO

**Cidade:** CAMPOS BORGES

**CCP:** 16239

**Identidade:**

**Celular:**

**Número:** 55

**CEP:** 99.435-000

**Estado:** RS

**Representante:** MAIQUEL RIBEIRO

**CPF/CNPJ:** 008.992.680-30

**Telefone:**

**E-Mail:**

**Endereço:** RUA VICENTE PALOTTI

**Bairro:** CENTRO

**Cidade:** CAMPOS BORGES

**Identidade:**

**Celular:** ( ) 9614-6887

**Número:** 251

**CEP:** 99.435-000

**Estado:** RS

**Setor Destino:** GABINETE

**Assunto:** RECURSO

**Descrição do Assunto:**

DEM. ATRAVÉS DESTA, APRESENTAR CONTRARRAZÕES DO RECURSO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXOS;

N. Termos

P. Deferimento

CAMPOS BORGES/RS, 06 de junho de 2022

*[Signature]*  
MAIQUEL RIBEIRO  
008.992.680-30

*Emanado para o  
Setor jurídico para  
Processar.*

*[Signature]*  
Andrei Scherer Pereira  
CPF: 038.248.130-03  
Secretário Municipal de  
Administração e Planejamento

**Endereço Online:**  
**Código de Verificação:**

**A EXCELENTÍSSIMA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS BORGES.**

**Ref.: Tomada de Preços 007/2022 — Processo Licitatório nº 066/2022**

**Recurso — CONTRARRAZOES A EMPRESA ENERGIZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA.**

**JMV COMERCIO DE PLACAS SOLARES LTDA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 31.304.628/0001-04, com sede a Rua Padre Juliano Noal 55, centro, na cidade de Campos Borges/ RS, representado no ato por seu sócio administrador Sr. **MAIQUEL RIBEIRO**, inscrito no CPF sob nº. 008.992.680-30, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Vicente Palotti, centro, na cidade de Campos Borges/RS, **VEM POR MEIO DESTES**, apresentar as contrarrazões do recurso apresentado pela empresa **ENERGIZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA**, protocolado sob nº. 235/2022.

Foi recebido na data de 31 de maio de 2021, uma **NOTIFICAÇÃO** expedida pelo Município de Campos Borges/ RS, com relação ao recurso da empresa **ENERGIZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.024.681/0001-87 com sede a Rua Vicente Palotti, 239, bairro centro, na cidade de Campos Borges/ RS.

A referida empresa contesta a vitória no certame licitatório de nossa empresa, com relação ao Processo Licitatório nº. 066/2022, Tomada de Preços nº. 007/2022, **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, NA CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE MÉDIA**





TENSAO DE 112,5 KVA, REDE DE BAIXA TENSAO (BT) NA PARTE INTERNA DO PARQUE GRAPIA E NA ILUMINAÇÃO DA CANCHA DE LAÇO, LOCALIZADO ENTRE AS RUAS NATIVIDES DE MORAES E IPIRANGA, NA CIDADE DE CAMPOS BORGES/ RS, A SER REALIZADO ATRAVES DE CONVENIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER – SEL, PROGRAMA ILUMINA RS, CONFORME PROCESSO Nº. 22/2900-0000018-1, sendo que nossa empresa devidamente cadastrada no município, com toda a documentação devidamente pedida no edital de licitação Tomada de Preços nº. 007/2022, cadastrada no dia 04/05/2022, participou do certame licitatório no dia 19/05/2022, sagrando-se vencedora do processo com o menor preço global de **R\$ 179.266,70 (Cento e setenta e nove mil duzentos e sessenta e seis reais e setenta centavos)**, apresentando a menor proposta, com relação a todas as empresas do certame, conforme tabela abaixo, na seguinte classificação:

Nº	EMPRESA PARTICIPANTE/ HABILITADA	VALOR
<b><u>01</u></b>	<b><u>JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA</u></b>	<b><u>R\$ 179.266,70</u></b>
02	ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA	R\$ 192.059,13
03	MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	R\$ 221.338,80
04	RL INSTALAÇÕES ELETRICAS EIRELLI	R\$ 246.967,23
05	INSTALADORA ELETRICA LIDER LTDA	R\$ 260.000,00

Desta forma apresenta-se a proposta vencedora e mais vantajosa do processo licitatorio de nossa empresa, sendo que se apresentara a serguir as **CONTRARRAZÕES** do pedido de **IMPUGNAÇÃO** da empresa **ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA**, de acordo com o art 109, da Lei 8.666-93, o qual traz a seguinte redação:

**Art. 109.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:



**I** - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- ~~e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;~~  
(Revogado)
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;  
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

**II** - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

**III** - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

## **1. DAS CONTRARRAZÕES DO PEDIDO DA EMPRESA ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA**

### **1.1 DO DESCUMPRIMENTO DO SUBITEM 7.3.5 DO INSTRUMENTO CONVOCATORIO:**

A recorrente alega, que na Planilha Orçamentária, a mesma não foi assinada pelo responsável técnico da empresa e sim pelo seu sócio administrador Sr. **MAIQUEL RIBEIRO**, porem salienta-se que o responsável técnico constante na documentação de cadastro da empresa, assinou toda a proposta da empresa, junto com as planilhas de BDI e Encargos Sociais, a falta de assinatura da planilha orçamentária, sua eliminação seria uma redundância, pois os mesmo assinou todos os demais documentos do **ENVELOPE 02 – PROPOSTA**, sendo que a comissão de licitações aceitou o documento, entendendo que a proposta estava de acordo e cumpria com os





requisitos do edital, sendo composta por todos os documentos necessários como **PROPOSTA, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA, BDI e ENCARGOS SOCIAIS**, sendo a assinatura uma mera formalidade que não interfere em nada no bom andamento do processo.

Desta forma, em virtude das contrarrazões apresentadas se requer a **IMPROCEDENCIA** da alegação neste item da empresa **ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA.**

## **1.2 – DO CRONOGRAMA FISICO FINACEIRO**

A empresa recorrente alega que foi calculado incorretamente as porcentagens do “Cronograma Físico Financeiro”, porém o mesmo foi apresentado em conformidade com o cronograma do edital, sendo que os valores e prazos apresentados seguem o valor total da Proposta apresentada de **R\$ 179.266,70 (Cento e setenta e nove mil duzentos e sessenta e seis reais e setenta centavos) e o período de execução do mesmo apresentado em 60 dias,ou seja 02 meses.**

Salienta – se que a licitação e do tipo menor preço por empreitada global, onde as diferenças possíveis em percentuais em nada atrapalham a sua execução, pois os valores estão de acordo com a proposta e prazo.

Outra indagação se repara com relação à descrição entre (Materiais e Mão de Obra), mais uma vez se indaga que a licitação e do tipo Menor Preço por Empreitada Global, conforme estabelece o item 7.3, alínea A do edital descrito abaixo:

**7.3.5.** A Proposta deverá estar assinada pela licitante ou seu representante legal, redigida em português de forma clara, não podendo conter rasuras ou entrelinhas, e para facilitar os trabalhos, a empresa poderá apresentar os valores unitários com até 2 (dois) números depois da vírgula, na proposta deverá também, constar o número do CNPJ, a razão social, endereço e telefone atualizados e incluir o que segue:

**a) Planilha de orçamento discriminando**, quantidade, preço unitário e total, de material e mão-de-obra, preferencialmente com até duas casas após a vírgula, assinado pelo responsável técnico;



A proposta foi apresentada com os valores inclusos em cada subitem de matérias e Mão de obra, de acordo com o pedido no edital, se estipulando agora no contrato o valor de material e Mão de obra, para fins de recolhimento de ISS e INSS apenas.

Desta forma, em virtude das contrarrazões apresentadas se requer a **IMPROCEDENCIA** da alegação neste item da empresa **ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA.**

### **1.3 – DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI E DE ENCARGOS SOCIAIS**

A recorrente alega que as planilhas de **BDI e ENCARGOS SOCIAIS** apresentadas são apenas uma cópia da indicada pelo Município, porém salienta-se que as mesmas foram devidamente apresentadas no **ENVELOPE 02 – PROPOSTA**, sendo de inteira responsabilidade da empresa as informações, os valores nelas citados, tanto com relação ao **BDI ou a ENCARGOS SOCIAIS**, varia de empresa para empresa, sendo que se estiver em conformidade com o pedido pelo município, dentro ou igual a uma variação considerável, ela deve ser considerada pelo município, o qual neste caso a comissão aceitou as mesmas, por estarem dentro dos limites do edital e devidamente anexadas a proposta.

Desta forma, em virtude das contrarrazões apresentadas se requer a **IMPROCEDENCIA** da alegação neste item da empresa **ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA.**

## **2. DAS CONSIDERAÇÕES E ALEGAÇÕES FINAIS DAS CONTRARRAZOES**

Em virtude do alegado nas contrarrazões, se pede a **IMPROCEDENCIA** do pedido de recurso da empresa **ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA**, pois a empresa cumpriu todos os requisitos da habilitação, sendo a mesma devidamente cadastrada pelo Município, apresentando toda a documentação necessária, juntamente com a apresentação da proposta em conformidade com os





requisitos mínimos de legalidade do processo, sendo que o apresentado pelo recorrente em nada atrapalha a contratação da proposta mais vantajosa pelo município, pois não se apresentou nenhum documento faltante, documentos vencidos ou proposta em desconformidade com o edital, apresentando todos os documentos necessários, onde o pedido pela recorrente segue um total formalismo do processo, onde prejudica drasticamente o princípio legal da **ECONOMICIDADE** ao município, de acordo com o artigo 70 da Constituição Federal.

A empresa cumpriu todo o rito do processo, **não foi INABILITADA** em nenhum momento pelo município, cumprindo todos os requisitos, sendo a proposta mais vantajosa e de menor preço aos cofres públicos, com o valor global de **R\$ 179.266,70 (Cento e setenta e nove mil duzentos e sessenta e seis reais e setenta centavos), sendo que a empresa recorrente ficou em 2º. Lugar no certame com o valor de R\$ 192.059,13 (Cento e noventa e dois mil e cinquenta e nove reais e treze centavos), um valor superior em R\$ 12.792,43 (Doze mil setecentos e noventa e dois reais e quarenta e três centavos).**

A base da administração pública, se requer a ampla disputa conforme o descrito na Constituição Federal, com a seguinte redação:

O Estado jamais poderá se afastar do apotegma de que as exigências de qualificação técnica e econômica devem se restringir ao estritamente indispensável para garantia do cumprimento das obrigações (inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal).

O parágrafo único, do art. 5º, do Decreto nº 5.450/05 e o art. 7º do Decreto nº 3.555/00 fazem referência a este princípio. A Administração deve, sempre, decidir em favor da ampla concorrência, tendo em vista que perquire a proposta mais vantajosa. No âmago do administrador deve estar arraigado este princípio. Qualquer conduta que restrinja a competitividade, quando possível, é passível de impugnação pelos interessados, inclusive regra de obrigatoria fiscalização pelos órgãos de controle.



A ampliação da disputa não significa estabelecer quaisquer condições para a disputa, mas, analisar, sempre que possível, a proporcionalidade das exigências para uma dada contratação. Não poderá estabelecer tão somente condições genéricas, até por que cada bem e serviço possui a sua peculiaridade. Mas a exigência demasiada, que figure desproporcional, deve ser rechaçada.

O Embasado legal acima, afirma de forma correta o alegado pela **IMPROCEDENCIA do pedido da empresa ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA**, pois a empresa **JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES** cumpriu com todos os requisitos do presente edital, devidamente julgado por sua habilitação pela comissão de licitações, sendo vencedora do presente certame licitatório.

**Desta forma se requer a IMPROCEDENCIA do pedido de impugnação da empresa ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA e a consequente HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório, juntamente com a emissão do contrato e ordem de inicio da obra em favor da empresa vencedora JMV COMERCIO DE PLACAS SOLARES LTDA.**

Campos Borges, 06 de junho de 2022.



**JMV COMERCIO DE PLACAS SOLARES LTDA**

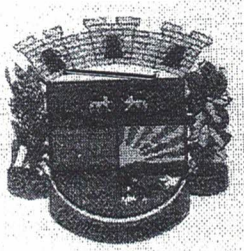
CNPJ nº. 31.304.628/0001-04

**MAIQUEL RIBEIRO**

CPF nº. 008.992.680-30

Sócio/ Administrador





REFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES  
CAMPOS BORGES/RS

**PROTOCOLO****Data:** 07/06/2022 13:45:48**Processo:** 256/2022*Card shes*

Visto

**REQUERIMENTO****Requerente:** ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA**CPF/CNPJ:** 33.024.681/0001-87**Telefone:** (54)99524-0898**E-Mail:** [dahmer@energizzo.com.br](mailto:dahmer@energizzo.com.br)**Endereço:** RUA VICENTE PALOTTI**Bairro:** CENTRO**Cidade:** CAMPOS BORGES**CCP:** 16824**Identidade:****Celular:** (54) 9524-0898**Número:** 239**CEP:** 99.435-000**Estado:** RS**Representante:** CLEBER PENZ**CPF/CNPJ:** 488.005.620-00**Telefone:** (54)99675-0077**E-Mail:****Endereço:** AV MAURICIO CARDOSO**Bairro:** CENTRO**Cidade:** CAMPOS BORGES**Identidade:****Celular:****Número:****CEP:** 99.435-000**Estado:** RS**Setor Destino:** GABINETE**Assunto:** RECURSO**Descrição do Assunto:**

DEM. ATRAVÉS DESTA, APRESENTAR CONTRARRAZÕES (IMPUGNAÇÃO) AO RECURSO DE MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXOS:

N. Termos

P. Deferimento

CAMPOS BORGES/RS, 07 de junho de 2022

*Cleber Penz*  
\_\_\_\_\_  
CLEBER PENZ  
488.005.620-00

*Encaminhado  
a setor jurídico  
Para parecer  
07/06/2022*

**Endereço Online:****Código de Verificação:**

**ILUSTRÍSSIMA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
E EXCELENTÍSSIMA SENHORA PREFEITA DO MUNICÍPIO  
DE CAMPOS BORGES, RS.**

**OBJETO: CONTRARRAZÕES (IMPUGNAÇÃO) AO  
RECURSO DE MIC ENGANHARIA E CONSULTORIA  
LTDA**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 066/2022  
TOMADA DE PREÇOS Nº: 7/2022**

**ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS  
ELÉTRICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado,  
inscrita no CNPJ sob o nº 33.024.681/0001-87, com sede na  
Rua Vicente Palotti, nº 239, Bairro Centro, na cidade de  
Campos Borges, RS, CEP 99.435-000, neste ato representada  
pelo empresário **ANDERSON LUIS DAHMER**,  
brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 017.847.250-64,  
portador do RG nº 3077565392, residente e domiciliado na  
Rua Alfeu Trombetta, nº 65, Bairro Centro, na cidade de  
Campos Borges, RS, CEP 99.435-000, vem respeitosamente,  
através de seus procuradores, apresentar

**CONTRARRAZÕES (IMPUGNAÇÃO) AO  
RECURSO ADMINISTRATIVO**

com fundamento no art. 109, § 3º, da Lei nº 8.666/93, e item  
“9.4.” e seguintes do Edital de Licitação, pelos fatos e  
fundamentos seguintes:

**1 – DOS FATOS E FUNDAMENTOS:**

A recorrente MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA  
LTDA apresentou “RECURSO ADMINISTRATIVO NA TOMADA DE PREÇO  
Nº 007/2022 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2022”, sob o fundamento que a  
empresa ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA, inscrita





no CNPJ sob o nº 33.024.681/0001-87, descumpriu requisitos do instrumento convocatório que a inabilitariam.

Sem delongas, refuta todas as teses da recorrente na ordem.

1.1. DO SUPOSTO NÃO ATENDIMENTO AO  
SUBITEM 6.2.3, “a” – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A recorrente sustenta que a empresa ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA não apresentou registro válido junto à entidade profissional competente.

A tese não merece provimento.

A empresa ENERGIZZO foi devidamente registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Campos Borges, RS, estando habilitada assim a participar de processos licitatórios, conforme o Certificado de Registro de Fornecedor nº 223 emitido em 28 de abril de 2022, que possui validade até 28/04/2023, conforme documento em anexo.

Nesse norte, com o ato de registro no Cadastro de Registro de Fornecedores a empresa apresentou a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica nº 1939518, que comprova indiscutivelmente a sua regularidade perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS.

Outrossim, no mesmo ato citado, a empresa apresentou o seu registro perante o Conselho Regional dos Técnicos do RS – CRT-RS, na forma que dispõe a Lei nº 13.639/2018, que apesar de não constar expressamente no edital da licitação, não pode ser ignorada sob pena de ofensa ao Princípio da Legalidade e discriminação e preconceito profissional.

A própria Lei de Licitações, nº 8.666/93, deixa claro em seu texto que a comprovação da qualificação técnica se dá pelo registro ou inscrição na entidade profissional competente, sem essa vinculação exclusiva ao CREA ou CAU, conforme abaixo demonstrado:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:  
I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

Assim, não procede o recurso da recorrente.

1.2. DO SUPOSTO DESCUMPRIMENTO AO  
SUBITEM 6.2.3 – DA VISITA TÉCNICA

AD.

A recorrente alegou que o responsável técnico da empresa ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA é o Engenheiro Eletricista MAIKON SBRUZZI, e que a visita técnica foi realizada pelo representante legal, Sr. ANDERSON LUIS DAHMER.

Novamente não procede o recurso.

Destaca-se, convictamente, que o edital prevê a necessidade da visita ser realizada pelo responsável técnico da empresa, munido de documento de identificação<sup>1</sup>, sem qualquer referência a necessidade de ser registrado em conselho de classe ou mesmo que seja profissional da área da engenharia, arquitetura ou mesmo técnico, da mesma forma que não faz menção a eventual titulação.

O Atestado de Visita Técnica em favor da empresa ENERGIZZO já foi emitido e fornecido pelo Sr. Márcio Vendruscoilo, Engenheiro Civil com registro no CREA-RS sob o nº 231.821, responsável pelo setor de Engenharia e representante do Município de Campos Borges, RS.

Sendo assim, emitido o documento de conhecimento para a execução da obra objeto da licitação, entende-se que a empresa está regular para os atos licitatórios e cumpriu os requisitos do edital. Eventual irregularidade deveria ser motivo para a não emissão do atestado pelos prepostos do órgão público.

Diante do exposto, não merece provimento o recurso.

### 1.3. DO SUPOSTO DESCUMPRIMENTO AO SUBITEM 6.2.4 – DA AUSÊNCIA DE ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

A recorrente narrou que o representante legal da empresa ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA não assinou o cálculo dos índices contábeis.

Reitera-se que a empresa ENERGIZZO já foi devidamente registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Campos Borges, RS, estando habilitada assim a participar de processos licitatórios, conforme o Certificado de Registro de Fornecedor nº 223 emitido em 28 de abril de 2022, que possui validade até 28/04/2023.

Ainda, se a empresa foi habilitada pela municipalidade é porque a documentação apresentada anteriormente cumpriu as exigências da Lei nº

<sup>1</sup> d) Devendo ser feita a visita pelo Responsável Técnico da Empresa munido de documentação de identificação como tal. O atestado será fornecido na Prefeitura Municipal pelo Prefeito Municipal, Engenheiro ou Secretário Municipal de Administração e Planejamento.



8.666/93, que não faz quaisquer exigências burocráticas na apresentação dos cálculos dos índices contábeis, conforme §5º, do art. 31, abaixo:

§ 5o A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Face ao exposto, se impõe a improcedência da tese recursal.

#### 1.4. DO SUPOSTO DESCUMPRIMENTO AO SUBITEM 7.3.5 – DA PLANILHA ASSINADA PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO

A recorrente manifestou que a Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro apresentados pela empresa ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA estão assinados pelo Sr. CLEBER PENZ, que não é o responsável técnico.

Sem razão.

O técnico em Eletromecânica, CLEBER PENZ, devidamente registrado no Conselho Federal dos Técnicos sob o nº 2201646792, possui habilitação legal para responder na qualidade de Responsável Técnico da empresa ENERGIZZO juntamente com o Engenheiro Eletricista MAYKON SBRUZZI, conforme documentos apresentados por ocasião do Cadastro de Registro de Fornecedores, quando também foi apresentada a documentação de regularidade da empresa junto ao Conselho Federal dos Técnicos – CFT.

O exercício da profissão a nível técnico está prevista na Lei nº 5.524/1968, e a criação do Conselho dos Técnicos é objeto da Lei nº 13.639/2018.

Analisando atentamente o que consta no edital, item “7.3.5.”, alíneas “a” e “b”<sup>2</sup>, novamente verifica-se que não há qualquer menção que a planilha

---

<sup>2</sup> **7.3.5.** A Proposta deverá estar assinada pela licitante ou seu representante legal, redigida em português de forma clara, não podendo conter rasuras ou entrelinhas, e para facilitar os trabalhos, a empresa poderá apresentar os valores unitários com até 2 (dois) números depois da vírgula, na proposta deverá também, constar o número do CNPJ, a razão social, endereço e telefone atualizados e incluir o que segue:

- a) **Planilha de orçamento discriminando**, quantidade, preço unitário e total, de material e mão-de-obra, preferencialmente com até duas casas após a vírgula, assinado pelo responsável técnico;
- b) **Cronograma físico-financeiro** discriminando os serviços a serem executados conforme planilha de orçamento, assinado pelo responsável técnico;

AD.

de orçamento discriminado e o cronograma físico-financeiro tinham que ser assinados por responsável técnico registrado no CREA ou CAU.

Portanto, improcedente o recurso.

## **2 – DOS PEDIDOS:**

Diante do exposto, REQUER:

a) que seja recebido a presente IMPUGNAÇÃO ao recurso administrativo apresentado pela empresa MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, determinando o regular processamento;

b) que, ao final, sejam os pedidos julgados totalmente improcedentes em relação a empresa ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA;

c) que seja deferido o direito de prova do alegado por todos os meios em direito admitidos, quer sejam, documentais e, especialmente periciais; e,

Nestes termos, pede deferimento.

Campos Borges, RS, 06 de junho de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
**ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA**  
**CNPJ 33.024.681/0001-87**

**Anderson Luís Dahmer**  
CPF: 017.847.250-64





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2022**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022**

**ASSUNTO: Impugnação Habilitação Licitantes**

**IMPUGNANTE: MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**

**IMPUGNADAS: JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES e**

**ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA**

**OBJETO: Parecer Jurídico**

Foi encaminhado à esta Procuradoria Jurídica para análise e parecer, o Recurso Administrativo manejado pela Empresa Licitante **MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA** contra decisão da Comissão Permanente de Licitações desta Administração Municipal, que habilitou as Empresas Licitantes **JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA** e **ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA**, a participarem do Certame Licitatório Nº 066/2022, na modalidade de Tomada de Preços Nº 007/2022, do Tipo Menor Preço Global, sob o Regime de Execução de Empreitada Global, que tem por objeto a Contratação de Empresa para construção de Subestação de Média Tensão de 112,5 KVA, Rede de Baixa Tensão e de Iluminação da Cancha de Laço, no Parque de Eventos Grápia da cidade de Campos Borges.

Em suas razões de recurso a Empresa Recorrente argumenta em relação a impugnação da habilitação da Licitante **JMV Comercial de Placas Solares**, o descumprimento de requisitos de Habilitação Jurídica, Qualificação Econômica Financeira, Qualificação Técnica além do descumprimento de requisito relativo a apresentação da Proposta, fundamentando as suas razões nos seguintes termos:

### **Habilitação Jurídica – Item 6.1 do Edital**

A Empresa Recorrente aduz que a Licitante ora impugnada deixou de cumprir requisito formal vez que os documentos apresentados por esta, não contém a assinatura do Sócio Administrador Maiquel Ribeiro, representante legal da Recorrida.

### **Qualificação Econômica Financeira – Item 6.2.4 do Edital**

A Recorrente alega que houve descumprimento de regra formal constante da *alínea b.1* do Item acima mencionado, vez que os cálculos dos índices apresentados pela Licitante Recorrida são com data posterior ao do Registro do Balanço Patrimonial, além do que não foi assinado pelo representante legal da empresa, estando assinado tão somente pelo Contador da mesma, Sr. Adão Ari Scherer.

*Respeito, trabalho e compromisso com o povo.*

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157

E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

### Qualificação Técnica – Item 6.2.3 do Edital

A Impugnante aduz o descumprimento da *alínea "d"* do Item 6.2.3 do Edital, tendo em vista que a visita técnica ao local da obra foi realizada por Sócio da Empresa Impugnada e não pelo seu Responsável Técnico, Sr. Maykon Sbruzzi.

### Proposta – Item 7.3.5

Por fim, alega a Empresa Recorrente que a Licitante Impugnada descumpriu a *alínea "a"* do Item do Edital em questão, visto que a Planilha de Orçamento foi apresentada contendo somente a assinatura do Representante Legal dessa Empresa, deixando de conter a assinatura do seu Responsável Técnico.

No tocante a impugnação da Empresa **Energizzo Comércio e Serviços Elétricos Ltda**, a Empresa Recorrente alega em suas Razões do Recurso Administrativo o descumprimento dos seguintes requisitos de habilitação e da proposta:

### Qualificação Técnica – Item 6.2.3 do Edital

Argumenta a Recorrente, que a Licitante Recorrida descumpriu o disposto na *alínea "a"* do Item em apreço, uma vez que não apresentou registro válido junto a Entidade Profissional Competente, no caso o CREA.

### Qualificação Técnica – Item 6.2.3 do Edital

A Impugnante aduz o descumprimento da *alínea "d"* do Item 6.2.3 do Edital, tendo em vista que a visita técnica ao local da obra foi realizada por Sócio da Empresa Impugnada e não pelo seu Responsável Técnico, Sr. Maykon Sbruzzi.

### Qualificação Econômica Financeira – Item 6.2.4 do Edital

A Empresa Recorrente alega que houve descumprimento da *alínea b.1* do Item acima mencionado, vez que no cálculo dos índices apresentados pela Licitante Recorrida não consta a assinatura do seu Representante Legal, mas tão somente o carimbo não podendo se precisar quem foi que o elaborou.

### Proposta – Item 7.3.5

Por derradeiro, alega a Empresa Recorrente que a Licitante Impugnada descumpriu a *alínea "a"* do Item do Edital em questão, visto que a Planilha de Orçamento foi apresentada contendo a assinatura de um Técnico que não consta como seu Responsável Técnico junto ao respectivo registro perante o CREA/RS.

Respeito, trabalho e compromisso com o povo.

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

Finalizando, a Empresa Recorrente pugna pela inabilitação das Licitantes Recorridas.

Recebido o Recurso Administrativo, e para fins de cumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e o da ampla defesa, as Empresas Licitantes Recorridas foram comunicadas para exercêrem o direito a impugnação dos recursos no prazo legal de cinco (5) dias úteis, tendo, ambas as Recorridas, apresentado contra razões aos respectivos recursos, dentro do prazo estabelecido.

Em suas contra razões, a Licitante **JMV Comércio de Placas Solares Ltda** argumenta que não houve descumprimento de normas relativa a Habilitação Jurídica e a Qualificação Econômica Financeira, vez que o Contador Adão Ari Scherer é o responsável legal da empresa para os trabalhos contábeis, sendo que o mesmo está legalmente habilitado para representar e assinar os balanços e demais documentos contábeis da mesma.

Alega, em relação a Qualificação Técnica contida na *alínea "d"* do Item 6.2.3 do Edital, que a Lei Federal 8.666/93 com suas alterações, em seu Art. 30, Inc. III, exige que a Empresa Licitante tome "*conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação*", o que foi feito conforme documento fornecido pelo próprio Município.

No que diz respeito a alegação de não cumprimento do disposto na *alínea "a"* do Item 7.3.5 do Edital, salientou que o Responsável Técnico da Empresa assinou toda a proposta, junto com todas as planilhas de BDI e Encargos Sociais, e a falta da assinatura somente na planilha orçamentária constitui em uma mera irregularidade formal que não interfere em nada.

Encerrando, pugnam pela improcedência do Recurso Administrativo apresentado pela Empresa MIC Engenharia e Consultoria Ltda, contra a sua habilitação.

Já a Licitante **Energizzo Comércio e Serviços Elétricos Ltda** em suas contra razões ao Recurso Administrativo apresentado contra a sua habilitação neste Certame, aduz, em relação ao suposto desatendimento da *alínea "a"* do Item 6.2.3 do Edital, que tal alegação não procede, vez que realizou o seu Registro Cadastral junto ao Município, com validade de um (1) ano, quando apresentou seu registro de regularidade perante o CREA/RS.

Inferre, também, que a Empresa tomou conhecimento de todas as informações e condições do local onde serão executadas as obras objeto deste certame, conforme Atestado de Visita Técnica fornecido pela Municipalidade.

Respeito, trabalho e compromisso com o povo.

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

Alega, ainda, que apesar do cálculo dos índices apresentados nos termos da *alínea b.1* do Item 6.2.4 do Edital não estarem assinados, os mesmos correspondem a realidade da Empresa vez que já foram apresentados nos termos da legislação vigente, quando da realização do Registro no Cadastro de Fornecedores do Município.

No tocante a alegação de descumprimento da *alínea "a"* do Item 7.3.5 do Edital, aduz que o Técnico que assinou a mencionada planilha, possui habilitação legal para responder na qualidade de Responsável Técnico pela Empresa.

Finalizando, requer a improcedência do Recurso Administrativo apresentado, com a manutenção da sua habilitação no presente procedimento licitatório.

De forma resumida é o relatório.

Analizando os termos do Recurso Administrativo manejado pela Empresa MIC Engenharia e Consultoria Ltda no presente Certame, juntamente com o que consta do Edital desta Licitação; com o disposto na Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações; bem como, considerando os Princípios da Razoabilidade e o da Economicidade, de imediato sinalo que o entendimento desta Procuradoria Jurídica é pela improcedência da impugnação em apreço e, consequentemente; pela manutenção da habilitação das Empresas Licitantes JMV Comercial de Placas Solares Ltda e Energizzo Comércio e Serviços Elétricos Ltda.

Diz-se isso, pois deve-se ter em mente, que toda e qualquer exigência ou requisito constante do Edital de Convocação para Procedimento Licitatório, tem como única e exclusiva finalidade, assegurar ao Poder Público, que o licitante que venha a tornar-se vencedor do respectivo certame licitatório, tenha, efetivamente, meios e condições de cumprir com o instrumento contratual que dessa licitação decorrerá, ao menor custo possível para o Erário Público, não causando prejuízos à Administração Pública.

Embora, não obstante a formalidade com a qual deve ser conduzido o processo licitatório, meras irregularidades ou meros detalhes formais, não podem ser motivos para afastar licitantes do certame licitatório.

Nesse sentido, é o posicionamento e o ensinamento do Mestre em Direito Administrativo **Hely Lopes Meirelles**, em sua obra *Direito*

Respeito, trabalho e compromisso com o povo.

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

*Administrativo Brasileiro*; págs. 261/262, 27ª edição, São Paulo, Malheiros, 2002, quando afirma:

*“Procedimento formal, entretanto, não se confunde com ‘formalismo’, que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes. A regra é a dominante nos processos judiciais: não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes”.*

Esta tem sido também a orientação da jurisprudência, citando-se, por exemplo, Mandado de Segurança nº 5631-DF, 1ª Seção do STJ, Relator o Ministro José Delgado, publicado no DJU nº 156, p. 07 de 17/08/98, com a ementa que segue:

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. EXIGÊNCIA EXCESSIVA.

1. ....
2. ....
3. O procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa.
4. Não deve ser afastado candidato do certame licitatório, por meros detalhes formais. No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial.
5. Segurança concedida.” (grifei).

Portanto, deve-se afastar o formalismo excessivo, principalmente quando as aventadas “irregularidades”, não venham a causar prejuízos à Administração e aos Licitantes.

É certo que a Administração Municipal está vinculada aos termos do Edital. Entretanto, o procedimento licitatório destina-se a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, entendida, essa, no presente caso, a de Menor Preço Global.

Além disso, a Administração Pública deve reger-se, segundo os princípios da Economicidade e da Razoabilidade.

*Respeito, trabalho e compromisso com o povo.*

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

A inabilitação das Empresas Licitantes JMV Comercial de Placas Solares Ltda e Energizzo Comércio e Serviços Elétricos Ltda, acarretaria um acréscimo financeiro considerável na execução das obras, objeto do Edital deste Certame.

O princípio basilar da concorrência pública é o de possibilitar o maior número de participantes, por isso que as exigências, sejam na elaboração do edital, seja no julgamento das propostas, em suas diferentes fases, devem ser limitadas ao que realmente for imprescindível e substancial.

O Processo Licitatório não se assemelha a uma corrida de obstáculos, tampouco é de ser essencialmente formalista ou burocrático, em descompasso com os objetivos da licitação.

Analizando o caso em apreço, meu entendimento já colocado em outras situações semelhantes, é no sentido de que deve prevalecer o interesse público, visto que como já frisado, meras irregularidades ou meros detalhes formais, não podem ser motivos para afastar licitantes do certame licitatório, especialmente, quando parte dessas dúvidas podem ser sanadas pelos próprios integrantes da Comissão Permanente de Licitações, através de diligências.

Nesse sentido, o § 3º do Art. 43 da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações, é claro ao estabelecer que ***“É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo....”***.

O dispositivo legal acima citado, apesar de consignar o termo *faculdade*, deve ser interpretado como obrigatoriedade, uma vez que interessa ao erário e a Administração Pública como um todo, na licitação do tipo ***menor preço***, um número maior de licitantes, não havendo sentido, eliminar candidatos por motivos menores, que podem ser supridos, através de esclarecimentos ou complementação, inclusive de documentos, sem qualquer dificuldade pela Comissão de Licitações, amparada no que dispõe o § 3º do referido Art. 43.

Respeito, trabalho e compromisso com o povo.

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157

E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

Este também é o posicionamento do nosso Poder Judiciário, através das várias e reiteradas decisões dos nossos Tribunais. Somente para exemplificar, tomamos a liberdade de transcrever algumas dessas decisões:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. CAPACITAÇÃO TÉCNICA. DOCUMENTO NOVO. NULIDADE DO CERTAME. INOCORRÊNCIA.

1. A realização de diligências pela Comissão de Licitação para esclarecimento de documentos constantes nas propostas de habilitação não viola o artigo 43, § 3º, da Lei 8.666/93. Precedente do STJ. Hipótese em que a Comissão de Licitação requereu complementação de informações em atestado de capacitação técnica para a realização do serviço objeto da licitação.

2. A licitação consiste em processo administrativo que visa à escolha do futuro contratante que apresente a melhor proposta. Não se constitui em corrida de obstáculos cujo vencedor é o participante mais veloz. Acima do interesse privado dos participantes em vencer o certame, sobre paira o interesse público a ser perseguido pela Administração Pública. Daí que há de ser assegurado a maior competitividade do certame. Neste quadro, a exclusão de licitante sob alegada irregularidade formal é medida que põe o interesse privado dos demais licitantes acima do interesse público. Recurso desprovido. (Apelação e Reexame Necessário Nº 70012083838, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Isabel de Azevedo Souza, Julgado em 28/07/2005).

APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO. ILEGALIDADE DO ATO. CERCEAMENTO DE DEFESA. DILIGÊNCIAS.

A decisão que declara a licitante vencedora da licitação por ter realizado diligência que demonstra ter atendido requisito editalício encontra amparo no art. 43, § 3º, da Lei de Licitações, permitindo que a Administração complemente a instrução do processo licitatório.

De outra parte, não há falar em cerceamento de defesa em face da efetiva interposição de recurso administrativo por outra licitante.

RECURSO DESPROVIDO.

(Apelação Cível Nº 70013314646, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Roque Joaquim Volkweiss, Julgado em 30/11/2005).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA. SUSPENSÃO DO CERTAME. ABSTENÇÃO OU CANCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO. DESCABIMENTO DAS MEDIDAS. EXCESSO DE FORMALISMO. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DO ART. 43, § 3º, DA LEI DE LICITAÇÕES.

O tipo licitação menor preço deve proporcionar a obtenção da proposta com melhor vantagem econômica à Administração, fator que prepondera sobre formalidades excessivas, superadas por outros elementos, bem como ainda passíveis de serem supridas conforme o disposto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

Hipótese em que não é conveniente a desclassificação liminar da empresa vencedora, suspensão do certame, nem a abstenção ou suspensão da

Respeito, trabalho e compromisso com o povo.

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157

E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

*contratação, pois as questões referentes às negativas fiscais e ao termo de encerramento do balanço, à primeira análise, **constituem-se meras irregularidades**, que se mostram insuficientes para alterar o resultado do processo licitatório.*

*Precedentes do TJRS e STJ.*

### **Agravo de instrumento desprovido.**

(Agravo de Instrumento Nº 70032260341, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 12/11/2009).

E é sob essa ótica que analisamos o Recurso Administrativo manejado pela Empresa MIC Engenharia e Consultoria Ltda no presente Certame.

Assim, a alegação do descumprimento do Item 6.1 do Edital – Habilitação Jurídica por parte da Licitante JMV Comercial de Placas Solares Ltda pelo fato de não constar a assinatura do Sócio Administrador nos documentos apresentados, não tem o condão de macular a habilitação já que não há dúvida alguma sobre a veracidade desses documentos, bem como, pelo fato de que o Sócio Administrador ter assinado a proposta e todos os demais documentos e planilhas que a acompanham.

Da mesma forma que a alegação de descumprimento da alínea “d” do Item 6.2.3 – Qualificação Técnica por parte das Licitantes Recorridas não procede, vez que tal exigência foi colocada no Edital com o fito de atender ao disposto no Inc. III, do Art. 30, da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações, objetivo que foi alcançado segundo se vê dos Atestados de Visita Técnica fornecidos pelo Município de Campos Borges.

Nessa mesma linha é o entendimento em relação ao suposto descumprimento do disposto na alínea b.1 do Item 6.2.4 do Edital, vez que a exigência dos cálculos dos índices é para verificar a saúde econômico-financeira das Licitantes, o que pode ser aferido pelos dados apresentados.

Por fim, desclassificar proposta financeira das Licitantes Impugnadas pelo fato de não constar nas respectivas Planilhas de Orçamento a assinatura do Responsável Técnico, quando este assinou a Proposta e todos os demais documentos e planilhas que a acompanham, além das referidas Planilhas estarem assinadas pelos Representantes Legais das Empresas Recorridas, seria medida excessiva que destoaria completamente dos objetivos e das finalidades dos procedimentos licitatórios.

**Respeito, trabalho e compromisso com o povo.**

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157

E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

De outra banda e conforme se viu da autorização concedida pelo § 3º do Art. 43, da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações, é permitido a Comissão Permanente de Licitações desta Municipalidade, a verificação da veracidade de toda a documentação apresentada na presente Licitação, independentemente de estar ou não assinada pelos representantes legais das Empresas Licitantes Recorridas e/ou por seus responsáveis técnicos, inclusive em relação aos dados constantes dos Balanços Patrimoniais apresentados para a verificação da saúde econômico-financeira dessas Licitantes, bem como, para certificação da regularidade junto ao CREA da Empresa Energizzo Comércio e Serviços Elétricos Ltda, quando da realização do seu Registro Cadastral junto à esta Municipalidade.

Destarte, invocando os Princípios da Economicidade e o da Razoabilidade, que norteiam as Administrações Públicas, o entendimento desta Procuradoria Jurídica é pela improcedência do Recurso Administrativo interposto pela Empresa **Mic Engenharia e Consultoria Ltda.**

Diante de todo o acima exposto, e salvo superior entendimento, o Parecer desta Procuradoria Jurídica é no sentido de que o Recurso Administrativo interposto pela Empresa **Mic Engenharia e Consultoria Ltda**, seja julgado improcedente, mantendo-se a habilitação das Empresas Licitantes **JMV Comercial de Placas Solares Ltda** e **Energizzo Comércio e Serviços Elétricos Ltda** para prosseguirem no presente Certame Licitatório, bem como, para manter hígidas as propostas apresentadas pelas mencionadas Licitantes.

É o Parecer.

Campos Borges/RS, 12 de junho de 2022.

  
**PROCURADORIA JURÍDICA**  
OAB/RS-24.978

*Respeito, trabalho e compromisso com o povo.*

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2022**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022**

**ASSUNTO: Impugnação de Proposta de Licitante**

**IMPUGNANTE: ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA**

**IMPUGNADAS: JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES e**

**OBJETO: Parecer Jurídico**

Foi encaminhado à esta Procuradoria Jurídica para análise e parecer, o Recurso Administrativo manejado pela Empresa Licitante **ENERGIZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA** contra decisão da Comissão Permanente de Licitações desta Administração Municipal, que classificou como vencedora a proposta financeira apresentada pela Empresa Licitante **JMV COMERCIAL DE PLACAS SOLARES LTDA** no Certame Licitatório Nº 066/2022, na modalidade de Tomada de Preços Nº 007/2022, do Tipo Menor Preço Global, sob o Regime de Execução de Empreitada Global, que tem por objeto a Contratação de Empresa para construção de Subestação de Média Tensão de 112,5 KVA, Rede de Baixa Tensão e de Iluminação da Cancha de Laço, no Parque de Eventos Grápia da cidade de Campos Borges.

Em suas razões de recurso a Empresa Recorrente argumenta que a proposta financeira vencedora apresentada pela Licitante **JMV Comercial de Placas Solares** descumpriu o disposto no Item 7.3.5 do Edital desta Licitação vez que ***não apresentou a Planilha de orçamento discriminado devidamente assinada pelo responsável técnico***, conforme previsto na alínea "a"; ***não calculou corretamente as porcentagens do Cronograma Físico-Financeiro*** consoante pedido na alínea "b"; ***não apresentou a comprovação do preço total do material e o preço total da mão de obra do objeto licitado***, nos termos da alínea "c"; ***não apresentou a planilha de composição do BDI***, conforme alínea "e"; e, ***não apresentou a planilha de composição dos encargos sociais***, nos termos da alínea "f".

Finalizando, a Empresa Recorrente pugna pela desclassificação da proposta vencedora apresentada pela Licitante Recorrida.

Recebido o Recurso Administrativo, e para fins de cumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e o da ampla defesa, a Empresa Licitante Recorrida foi comunicada para exercer o direito a impugnação do recurso no prazo legal de cinco (5) dias úteis, tendo apresentado contra razões ao mencionado recurso, dentro do prazo estabelecido.

*Respeito, trabalho e compromisso com o povo.*

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157

E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

Em suas contra razões, a Licitante **JMV Comércio de Placas Solares Ltda** argumenta que não houve descumprimento de normas relativas a apresentada de proposta nesta Licitação, salientando no que diz respeito a alegação de não cumprimento do disposto na *alínea "a"* do Item 7.3.5 do Edital, que o Responsável Técnico da Empresa assinou toda a proposta, junto com todas as planilhas de BDI e Encargos Sociais, e a falta da assinatura somente na planilha orçamentária constitui em uma mera irregularidade formal que não interfere em nada.

Aduz, ainda, a Licitante Recorrente em suas contra razões, que a licitação é do tipo menor preço por empreitada global, onde as diferenças possíveis em percentuais em nada atrapalham a execução da obra licitada, pois os valores estão de acordo com a proposta e prazo.

Esclarece, igualmente, que por tratar-se de licitação do tipo menor preço global, que os valores do material e da mão de obra estão inclusos em cada subitem, da mesma forma que os valores do BDI e dos Encargos Sociais, já que os mesmos variam de empresa para empresa.

Encerrando, pugna pela improcedência do Recurso Administrativo apresentado pela Empresa Energizzo Comércio e Serviços Elétricos Ltda, com a consequente manutenção da sua proposta vencedora no presente certame licitatório.

De forma resumida é o relatório.

Analisando os termos do Recurso Administrativo manejado pela Empresa Energizzo Comércio e Serviços Elétricos Ltda no presente Certame, juntamente com o que consta do Edital desta Licitação; com o disposto na Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações; bem como, considerando os Princípios da Razoabilidade e o da Economicidade, de imediato sinalo que o entendimento desta Procuradoria Jurídica é pela improcedência da impugnação em apreço e, consequentemente, pela manutenção da proposta vencedora apresentada pela Empresa Licitantes JMV Comercial de Placas Solares Ltda.

Diz-se isso, pois deve-se ter em mente, que toda e qualquer exigência ou requisito constante do Edital de Convocação para Procedimento Licitatório, tem como única e exclusiva finalidade, assegurar ao Poder Público, que o licitante que venha a tornar-se vencedor do respectivo certame licitatório, tenha, efetivamente, meios e condições de cumprir com o instrumento contratual que dessa licitação decorrerá, ao menor custo possível para o Erário Público, não causando prejuízos à Administração Pública.

*Respeito, trabalho e compromisso com o povo.*

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

Embora, não obstante a formalidade com a qual deve ser conduzido o processo licitatório, meras irregularidades ou meros detalhes formais, não podem ser motivos para afastar licitantes do certame licitatório.

Nesse sentido, é o posicionamento e o ensinamento do Mestre em Direito Administrativo **Hely Lopes Meirelles**, em sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, págs. 261/262, 27ª edição, São Paulo, Malheiros, 2002, quando afirma:

***“Procedimento formal, entretanto, não se confunde com ‘formalismo’, que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes. A regra é a dominante nos processos judiciais: não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes”.***

Esta tem sido também a orientação da jurisprudência, citando-se, por exemplo, Mandado de Segurança nº 5631-DF, 1ª Seção do STJ, Relator o Ministro José Delgado, publicado no DJU nº 156, p. 07 de 17/08/98, com a ementa que segue:

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. EXIGÊNCIA EXCESSIVA.

1. ....
2. ....
3. O procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa.
4. Não deve ser afastado candidato do certame licitatório, por meros detalhes formais. No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial.
5. Segurança concedida.” (grifei).

Portanto, deve-se afastar o formalismo excessivo, principalmente quando as aventadas “irregularidades”, não venham a causar prejuízos à Administração e aos Licitantes.

**Respeito, trabalho e compromisso com o povo.**

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

É certo que a Administração Municipal está vinculada aos termos do Edital. Entretanto, o procedimento licitatório destina-se a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, entendida, essa, no presente caso, a de Menor Preço Global.

Além disso, a Administração Pública deve reger-se, segundo os princípios da Economicidade e da Razoabilidade.

A desclassificação da proposta vencedora apresentada pela Empresa Licitante JMV Comercial de Placas Solares Ltda, acarretaria um acréscimo financeiro considerável na execução das obras, objeto do Edital deste Certame.

O princípio basilar da concorrência pública é o de possibilitar o maior número de participantes, por isso que as exigências, sejam na elaboração do edital, seja no julgamento das propostas, em suas diferentes fases, devem ser limitadas ao que realmente for imprescindível e substancial.

O Processo Licitatório não se assemelha a uma corrida de obstáculos, tampouco é de ser essencialmente formalista ou burocrático, em descompasso com os objetivos da licitação.

Analisando o caso em apreço, meu entendimento já colocado em outras situações semelhantes, é no sentido de que deve prevalecer o interesse público, visto que como já frisado, meras irregularidades ou meros detalhes formais, não podem ser motivos para afastar licitantes do certame licitatório, especialmente, quando parte dessas dúvidas podem ser sanadas pelos próprios integrantes da Comissão Permanente de Licitações, através de diligências.

Nesse sentido, o § 3º do Art. 43 da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações, é claro ao estabelecer que **“É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo....”**.

O dispositivo legal acima citado, apesar de consignar o termo *faculdade*, deve ser interpretado como obrigatoriedade, uma vez que interessa ao erário e a Administração Pública como um todo, na licitação do tipo **menor preço**, um número maior de licitantes, não havendo sentido, eliminar candidatos por motivos menores, que podem ser supridos, através de

Respeito, trabalho e compromisso com o povo.

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

esclarecimentos ou complementação, inclusive de documentos, sem qualquer dificuldade pela Comissão de Licitações, amparada no que dispõe o § 3º do referido Art. 43.

Este também é o posicionamento do nosso Poder Judiciário, através das várias e reiteradas decisões dos nossos Tribunais. Somente para exemplificar, tomamos a liberdade de transcrever algumas dessas decisões:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. CAPACITAÇÃO TÉCNICA. DOCUMENTO NOVO. NULIDADE DO CERTAME. INOCORRÊNCIA.

*1. A realização de diligências pela Comissão de Licitação para esclarecimento de documentos constantes nas propostas de habilitação não viola o artigo 43, § 3º, da Lei 8.666/93. Precedente do STJ. Hipótese em que a Comissão de Licitação requereu complementação de informações em atestado de capacitação técnica para a realização do serviço objeto da licitação.*

*2. A licitação consiste em processo administrativo que visa à escolha do futuro contratante que apresente a melhor proposta. Não se constitui em corrida de obstáculos cujo vencedor é o participante mais veloz. Acima do interesse privado dos participantes em vencer o certame, sobre paira o interesse público a ser perseguido pela Administração Pública. Daí que há de ser assegurado a maior competitividade do certame. Neste quadro, a exclusão de licitante sob alegada irregularidade formal é medida que põe o interesse privado dos demais licitantes acima do interesse público. Recurso desprovido. (Apelação e Reexame Necessário Nº 70012083838, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Isabel de Azevedo Souza, Julgado em 28/07/2005).*

APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO. ILEGALIDADE DO ATO. CERCEAMENTO DE DEFESA. DILIGÊNCIAS.

*A decisão que declara a licitante vencedora da licitação por ter realizado diligência que demonstra ter atendido requisito editalício encontra amparo no art. 43, § 3º, da Lei de Licitações, permitindo que a Administração complemente a instrução do processo licitatório.*

*De outra parte, não há falar em cerceamento de defesa em face da efetiva interposição de recurso administrativo por outra licitante.*

RECURSO DESPROVIDO.

*(Apelação Cível Nº 70013314646, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Roque Joaquim Volkweiss, Julgado em 30/11/2005).*

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA. SUSPENSÃO DO CERTAME. ABSTENÇÃO OU CANCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO. DESCABIMENTO DAS MEDIDAS. EXCESSO DE FORMALISMO. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DO ART. 43, § 3º, DA LEI DE LICITAÇÕES.

*O tipo licitação menor preço deve proporcionar a obtenção da proposta com melhor vantagem econômica à Administração, fator que prepondera sobre*

Respeito, trabalho e compromisso com o povo.

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157

E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

**formalidades excessivas, superadas por outros elementos, bem como ainda passíveis de serem supridas conforme o disposto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93.**

*Hipótese em que não é conveniente a desclassificação liminar da empresa vencedora, suspensão do certame, nem a abstenção ou suspensão da contratação, pois as questões referentes às negativas fiscais e ao termo de encerramento do balanço, à primeira análise, **constituem-se meras irregularidades**, que se mostram insuficientes para alterar o resultado do processo licitatório.*

*Precedentes do TJRS e STJ.*

**Agravo de instrumento desprovido.**

(Agravo de Instrumento Nº 70032260341, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 12/11/2009).

E é sob essa ótica que analisamos o Recurso Administrativo manejado pela Empresa Energizzo Comércio e Serviços Elétricos Ltda no presente Certame.

Assim, desclassificar proposta financeira vencedora da Licitante Recorrida pelo fato de não constar na respectiva Planilha de Orçamento a assinatura do Responsável Técnico, quando este assinou a Proposta e todos os demais documentos e planilhas que a acompanham, além das referidas Planilhas estarem assinadas pelo Representante Legal da Empresa Recorrida, seria medida excessiva que destoaria completamente dos objetivos e das finalidades dos procedimentos licitatórios.

De outra banda e conforme se viu da autorização concedida pelo § 3º do Art. 43, da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações, é permitido a Comissão Permanente de Licitações desta Municipalidade, a promoção de diligências destinadas a esclarecer possíveis equívocos constantes de índices percentuais porventura colocados de forma errôneas nas planilhas e/ou de outros dados faltantes, utilizando-se, exclusivamente, dos documentos e números constantes da proposta financeira vencedora apresentada pela Empresa Licitante Recorrida.

Destarte, invocando os Princípios da Economicidade e o da Razoabilidade, que norteiam as Administrações Públicas, o entendimento desta Procuradoria Jurídica é pela improcedência do Recurso Administrativo interposto pela Energizzo Comércio e Serviços Elétricos Ltda.

**Respeito, trabalho e compromisso com o povo.**

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES**

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

Diante de todo o acima exposto, e salvo superior entendimento, o Parecer desta Procuradoria Jurídica é no sentido de que o Recurso Administrativo interposto pela Empresa Energizzo Comércio e Serviços Elétricos Ltda seja julgado improcedente, mantendo-se hígida a proposta financeira vencedora apresentada no presente Certame Licitatório pela Licitante **JMV Comércio de Placas Solares Ltda.**

É o Parecer.

**Campos Borges/RS, 12 de junho de 2022.**

  
**PROCURADORIA JURÍDICA**  
OAB/RS-24.978

*Respeito, trabalho e compromisso com o povo.*

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157  
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

### ATA DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO (RECURSOS MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA E ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA)

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se no departamento de licitações, a comissão permanente de licitações, nomeados pela portaria Nº 11.806, de 08 de abril de 2022, a fim de proceder o julgamento do **Processo de Licitação Nº 066/2022, Tomada de Preços nº. 007/2022**, com relação aos recursos das empresas **MIC ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA E ENERGIZZO COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA.**

**Os recursos forma encaminhados ao departamento jurídico do município, sendo que ambos foram julgados improcedentes pelo DEPARTAMENTO JURIDICO, sendo que desta forma a comissão ACATA NA INTEGRA o parecer, julgando IMPROCEDENTES OS PEDIDOS.**

Sem mais para o momento.

ADRIANA PETRI DA COSTA

PRESIDENTE

JANINHA FATIMA COSTA SOUZA

MEMBRO

LUCIANE PANTZ DE SOUZA

MEMBRO

Vistos:

ACATADO:

CLEONICE PASQUALOTTO DA PAIXAO TOLEDO

Prefeita Municipal

Respeito, trabalho e compromisso com o povo.

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157

E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br

